

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
BACHARELADO EM GEOGRAFIA

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO
DAS OCUPAÇÕES URBANAS EM UBERLÂNDIA (MG)**

Beatriz Bicalho

Uberlândia / MG

2023

Beatriz Bicalho

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DAS
OCUPAÇÕES URBANAS EM UBERLÂNDIA (MG)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^{fa}. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps

UBERLÂNDIA / MG

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B583 Bicalho, Beatriz, 1994-
2023 Desenvolvimento Sustentável no Contexto das Ocupações
Urbanas em Uberlândia (MG) [recurso eletrônico] /
Beatriz Bicalho. - 2023.

Orientadora: Geisa Daise Gumiero Cleps.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em
Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Cleps, Geisa Daise Gumiero, 1965-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

05/12/2023, 14:16

Sistema Eletrônico de Informações - Documento para Assinatura

Processo:

Documento:

23117.084950/2023-71

5010932



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Curso de Graduação em Geografia - Uberlândia
 Avenida João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: 34-3239-4169 - Bloco 1H01



ATA DE DEFESA - GRADUAÇÃO

Curso de Graduação em:	GEOGRAFIA - BACHARELADO			
Defesa de:	GGE047 - Trabalho Final de Graduação 4			
Data:	01/12/2023	Hora de Início:	15 h	Hora de Encerramento:
Matrícula da Discente:	11611GEO013			
Nome da Discente:	Beatriz Bicalho			
Título do Trabalho:	"DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DAS OCUPAÇÕES URBANAS EM UBERLÂNDIA (MG)"			
A carga horária curricular foi cumprida?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			

Reuniu-se, utilizando a plataforma *Teams*, a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em Geografia, assim composta: Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps (Universidade Federal de Uberlândia - UFU), orientadora da candidata; o Dr. Willian Rodrigues Ferreira (Universidade Federal de Uberlândia - UFU) e o Dr. Helio Carlos Miranda de Oliveira (Universidade Federal de Uberlândia - UFU).

A defesa foi realizada virtualmente, conforme aprovado na 4ª reunião do Colegiado do Curso de Geografia, realizada em 25/07/2022.

Iniciados os trabalhos, a presidente da mesa, Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata; agradeceu a presença do público e concedeu a palavra a discente para exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do curso.

A seguir a presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Terminada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata **APROVADA**, com **Nota: 100,0 (cem pontos)**.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados. Foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por Geisa Daise Gumiero Cleps, Professor(a) do Magistério Superior, em 05/12/2023, às 07:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Helio Carlos Miranda De Oliveira, Professor(a) do Magistério Superior, em 05/12/2023, às 08:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por William Rodrigues Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior, em 05/12/2023, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Beatriz Bicalho, Usuário Externo, em 05/12/2023, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 5010932 e o código CRC F8F2B388.

Ao povo brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Geografia que me proveram suporte para que eu pudesse concluir o curso de bacharelado em Geografia.

Agradeço a todo o corpo docente do IG, em especial à minha orientadora Geisa Daise Gumiero Cleps, por me incentivar a concluir esse trabalho, do qual eu já havia praticamente desistido.

Neste exato momento, enquanto redijo essas palavras de agradecimento, ainda que não tenha defendido meu Trabalho de Conclusão de Curso, deixo aqui registrado também o meu agradecimento antecipado à banca avaliadora; por aceitar o convite para minha defesa e pelas importantes contribuições que serão feitas a este trabalho.

À minha família, aos meus amigos, e àqueles que cruzaram meu caminho ao longo da minha trajetória acadêmica, pessoas que permanecem sempre ao meu lado e são de suma importância na minha vida.

À Amanda, por toda a ajuda, dicas e explicações, que foram de fundamental importância para a elaboração das cartografias deste trabalho. Obrigada por tudo, querida!

Agradeço, por fim, a todos que atravessaram minha trajetória e que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

RESUMO

O conceito de desenvolvimento sustentável busca equilibrar o progresso econômico, social e ambiental. No entanto, o modo de produção capitalista frequentemente promove o consumo excessivo e gera, além de preocupações com o meio ambiente, a intensificação das desigualdades sociais, principalmente no que diz respeito aos países do Sul Global, que são os mais prejudicados diante do desenvolvimento das práticas capitalistas. Frente à necessidade emergente de promover ações em busca de uma mudança global, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram pensados para nortear as políticas públicas visando um mundo mais justo, sustentável e inclusivo para as gerações presentes e futuras. Nesse contexto, o município de Uberlândia destaca-se como modelo, se comparada a outros brasileiros, diante do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras (IDSC-BR). Apesar disso, a gestão municipal desempenha um papel crucial na implementação de condutas que viabilizam a especulação imobiliária e as práticas segregacionistas. As ocupações urbanas na cidade emergem como um sintoma dessas práticas e reflete a carência habitacional da população. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo central confrontar o IDSC-BR de Uberlândia ao alcance pleno dos ODS. Para tanto, os procedimentos metodológicos pautam-se na investigação teórica do tema, cujos fundamentos se deram pela leitura de livros e trabalhos acadêmicos relacionados à temática proposta e também com a ajuda de ferramentas como QGIS, *Google Earth*, *Google Maps* e *Google Street View*. Por meio da metodologia proposta, foi possível concluir que a gestão municipal da cidade privilegia ações lucrativas ou que servem como pontual propaganda da cidade enquanto a população menos favorecida carece de seus direitos básicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. ODS. Ocupações Urbanas. Uberlândia (MG).

ABSTRACT

The concept of sustainable development seeks to balance economic, social and environmental progress. However, the capitalist mode of production often promotes excessive consumption and generates, in addition to concerns about the environment, the intensification of social inequalities, especially with regard to countries in the Global South, which are the most harmed by the development of capitalist practices. Faced with the emerging need to promote actions in search of global change, the Sustainable Development Goals (SDGs) were designed to guide public policies aimed at a fairer, sustainable and inclusive world for present and future generations. In this context, the municipality of Uberlândia stands out as a model, compared to other Brazilian cities, in the Brazilian Cities Sustainable Development Index (IDSC-BR). Despite this, municipal management plays a crucial role in implementing behaviors that enable real estate speculation and segregationist practices. Urban occupations in the city emerge as a symptom of these practices and reflect the population's housing shortage. Therefore, the main objective of this work is to compare the IDSC-BR of Uberlândia to the full reach of the SDGs. To this end, the methodological procedures are based on the theoretical investigation of the topic, the foundations of which were based on reading books and academic works related to the proposed theme and also with the help of tools such as QGIS, Google Earth, Google Maps and Google Street View. Through the proposed methodology, it was possible to conclude that the city's municipal management favors profitable actions or actions that serve as occasional propaganda for the city while the less favored population lacks their basic rights.

Key words: Sustainable development. ODS. Urban Occupations. Uberlândia (MG).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esferas do Desenvolvimento Sustentável.....	23
Figura 2	Desafios do Desenvolvimento Sustentável.....	25
Figura 3	Ícones dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	28
Figura 4	ICS – Eixos de Atuação.....	38
Figura 5	Brasil – Desenvolvimento Sustentável: Pontuação Geral.....	39
Figura 6	Brasil - Mapa Interativo: Erradicação da Pobreza x Redução das Desigualdades.....	40
Figura 7	IDSC: Uberlândia – Panorama Geral.....	44
Figura 8	Divisão dos Setores em Uberlândia (MG).....	49
Figura 9	Ocupações Urbanas em Uberlândia.....	51
Figura 10	Vias das Ocupações Glória e Santa Clara (2023).....	60
Figura 11	Uberlândia (MG): Avenida Rondon Pacheco.....	61
Figura 12	Resíduos Inutilizáveis nas Ocupações Maná e Fidel Castro (2023).....	62
Figura 13	Queima de lixo nas Ocupações Imã Dulce e Fidel Castro (2023).....	63
Figura 14	Notícias sobre incêndios nas Ocupações Urbanas (2023).....	64
Figura 15	Uberlândia: Evolução da Estrutura das Habitações nas Ocupações Urbanas (2023).....	65
Figura 16	Campo de Futebol na Ocupação Santa Clara (2023).....	68

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do Município de Uberlândia – MG.....	42
Mapa 2	Evolução da Mancha Urbana de Uberlândia (MG): 1985 – 2021.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	30
Quadro 2	Níveis do Desenvolvimento Sustentável.....	38
Quadro 3	Uberlândia: Nível de Classificação por ODS.....	45
Quadro 4	Uberlândia (MG): Ocupações Urbanas (2010-2020)	52

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

APP - Área de Proteção Permanente

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Consuni/UFU - Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICS - Instituto de Cidades Sustentáveis

IDSC-BR - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PMU - Prefeitura Municipal de Uberlândia

PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SDSN - Sustainable Development Solutions Network

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UMC - Uberlândia Medical Center

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNRISD - Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social

ZEIS - Zonas de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
SESSÃO 1. Desenvolvimento sustentável, por que?.....	17
SESSÃO 2. Desenvolvimento Sustentável, para quem?.....	41
SESSÃO 3. As Ocupações Urbanas na Ótica do Desenvolvimento Sustentável em Uberlândia (MG).....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

O sistema capitalista, impulsionado pela busca incessante do lucro, tem sido um motor de desenvolvimento industrial e econômico, marcado por avanços significativos, mas também por desequilíbrios profundos. Ruy Moreira (2013) utiliza o termo “sociedade do trabalho” para especificar o desenvolvimento da sociedade a partir das relações capitalistas, que formaram bases estruturais pautadas no mercado do dinheiro, assim como o mercado de terras e o da força de trabalho.

Partindo do exposto, a Revolução Industrial surge no século XVIII, no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial, e se estabelece como um importante marco que alavancou a humanidade para uma era de progresso tecnológico, porém às custas de impactos devastadores ao meio ambiente e à sociedade.

A partir do capitalismo industrial, a reprodução da dimensão humana se realiza, “através do consumo, determinado socialmente nas sociedades históricas, isto é, pelas classes “fundamentais” econômico-políticas. Isso vale dizer que o homem também é espaço pela atividade do consumo” (SILVA, 2001 p. 51).

Desse modo, o consumo desenfreado gera uma pressão imensa sobre os recursos naturais, resultando na exaustão de ecossistemas e na escassez de recursos. Além disso, a poluição e a degradação ambiental, frutos desse modo de produção, têm um impacto desproporcional sobre os menos favorecidos. Basta observar como comunidades de baixa renda são frequentemente localizadas em áreas mais poluídas, próximas a indústrias ou em regiões propensas a desastres naturais, enfrentando uma qualidade de vida significativamente prejudicada.

As consequências desse modelo tornaram-se mais evidentes para os estratos sociais menos privilegiados. As observações de Corrêa complementam a discussão ao afirmar que “(...) no capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países como, entre outros, os da América Latina” (CORRÊA, 1989, p. 29).

Os contrastes gerados por esse sistema, principalmente nos países do Sul Global, fazem dos mais pobres as maiores vítimas de suas consequências. Aqueles que têm menos recursos estão sujeitos a ambientes mais degradados, sofrem com condições de trabalho precárias e enfrentam dificuldades maiores diante das mudanças climáticas.

Soma-se ainda o aquecimento global e as mudanças climáticas como fatores que exacerbam essas desigualdades. Eventos climáticos extremos afetam de maneira desproporcional os mais pobres, que muitas vezes não têm recursos para se recuperar completamente de catástrofes naturais. Agricultores de subsistência sofrem com colheitas arruinadas, comunidades costeiras enfrentam a perda de suas casas devido à elevação do nível do mar e populações em áreas áridas lidam com a escassez de água.

O Brasil, por exemplo, tem enfrentado uma série de desafios em decorrência das mudanças climáticas globais e os impactos têm sido expressivos em diferentes regiões do país. Ainda em 2023, na região Norte observou-se a maior seca da história do Rio Amazonas, o rio mais extenso do país que serve como afluente para outros diversos cursos d'água. Nas regiões Centro-oeste e Sudeste, as ondas de calor extremo interferem diretamente na qualidade de vida dos habitantes. No Sul, as chuvas intensas e ciclones causam risco de vida à população.

Neste contexto, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) emergem como um farol de esperança a partir de uma necessária tomada de decisão. Eles não apenas buscam abordar os desafios ambientais, mas também têm como objetivo fundamental reduzir as desigualdades sociais, assegurando que nenhum grupo obtenha desvantagem nesse processo.

O presente trabalho, portanto, parte do pressuposto de que os ODS foram criados, mediante os desafios socioeconômicos e ambientais, como uma resposta global às consequências geradas pelo modo de produção capitalista.

É crucial reconhecer que a luta por um desenvolvimento sustentável não pode ser separada da necessidade de abordar os contrastes socioeconômicos. Para avançar em direção a um futuro mais sustentável, é imperativo enfrentar as disparidades subjacentes do sistema econômico global, proporcionando oportunidades equitativas e acesso igualitário a recursos e a serviços básicos para todos.

Uma abordagem mais equitativa e inclusiva é essencial para alcançar os ODS. Isso requer políticas que considerem não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também a justiça social. É necessário um compromisso coletivo para enfrentar as desigualdades sistêmicas, empoderar os mais vulneráveis e criar um caminho para

um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo, onde ninguém seja deixado para trás.

A implementação efetiva dos ODS exige não apenas ações pontuais, mas uma transformação estrutural. Isso inclui políticas de redistribuição de recursos, investimentos em educação e saúde para comunidades marginalizadas, incentivos para práticas sustentáveis nos setores público e privado, bem como a promoção da participação ativa da população no planejamento e na implementação de medidas sustentáveis.

Além disso, a colaboração internacional e o comprometimento dos países mais desenvolvidos em apoiar financeira e tecnologicamente os países em desenvolvimento são cruciais para garantir que os ODS sejam alcançados de maneira abrangente e justa. A responsabilidade compartilhada é essencial para garantir um futuro equitativo e sustentável para as gerações presentes e futuras.

A partir disso, a pesquisa justifica-se como um elemento de fundamental importância para o meio acadêmico e para a sociedade como um todo, no sentido de conhecer os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as dimensões da sustentabilidade, principalmente no que tange a aplicação de suas diretrizes para o aperfeiçoamento e para a conformação das políticas públicas aos seus conceitos nucleares, de modo a propiciar o desenvolvimento sustentável pautado na sustentabilidade intergeracional, comprometida com a garantia dos direitos de titularidade coletiva para as sociedades presentes e futuras.

No contexto do desenvolvimento sustentável, Uberlândia (MG) se destaca como uma cidade exemplar. Segundo o relatório do Instituto de Cidades Sustentáveis (ICS), Uberlândia foi posicionada em 80º lugar entre os 5.570 municípios do Brasil, evidenciando indicadores de alta qualidade alinhados aos ODS propostos pela ONU.

Apesar desse reconhecimento positivo, a cidade encara desafios complexos vinculados ao crescimento caótico, à distribuição desigual de recursos e à expansão das áreas urbanas ocupadas. Conforme apontado por Bicalho (2022), que em seu estudo identificou 13 áreas ocupadas irregularmente em seu perímetro urbano, sendo que 11 surgiram entre 2010 e 2020. Esses espaços estão dispersos tanto dentro dos limites urbanos quanto em suas franjas.

Essas ocupações, frequentemente marcadas pela informalidade e condições habitacionais precárias, representam um desafio crítico para garantir direitos fundamentais a todos os cidadãos em relação à cidade. A falta de atenção por parte de várias administrações municipais, especialmente ao abordar a questão habitacional, evidencia essa lacuna.

Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo central dedicar-se aos estudos dos ODS, elaborados pela ONU, de modo a confrontá-los com as dimensões da sustentabilidade que vem sendo desenvolvidas em nível nacional e também local, especificamente tratando-se das ocupações urbanas em Uberlândia (MG). Pois, acredita-se que, por meio da análise crítica da aplicabilidade dos ODS nesses espaços, é possível averiguar se eles contemplaram as dimensões da sustentabilidade em sua integralidade ou ainda de maneira parcial.

A partir do objetivo central, estabeleceu-se três objetivos específicos, de modo que cada um deles contemple a discussão proposta pelo trabalho. Inicialmente, busca-se relacionar a evolução do debate sobre o desenvolvimento sustentável às práticas do sistema capitalista de produção. Em seguida, propõe-se investigar a interação de Uberlândia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as políticas públicas que se orientam por eles, bem como os fatores que influenciam o crescimento da cidade. Por fim, objetiva-se confrontar os aspectos infraestruturais das ocupações urbanas, bem como as condições de vida de seus moradores, à efetividade das políticas públicas direcionadas a alcançar os ODS na cidade.

Buscando alcançar os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos para a análise em questão foram delineados por meio de uma investigação teórica do tema em pauta. Isso se baseou em uma revisão bibliográfica com consultas em fontes embasadas em conhecimentos aprofundados sobre abordagens relevantes à discussão, como literatura especializada, dissertações e teses, artigos científicos e fontes midiáticas locais. Também se utilizou do *software* de uso gratuito *QGIS* para elaboração de materiais cartográficos. Além disso, outras ferramentas como *Google Earth*, *Google Maps* e *Google Street View* foram usadas para aplicar as abordagens sugeridas, registrar imagens e analisar os dados obtidos. Isso permitiu a formulação de resultados e das considerações finais relacionadas à pesquisa.

O trabalho foi estruturado em três sessões. A primeira delas aborda o conceito de desenvolvimento sustentável e os fatores históricos que levaram à discussão desse termo em nível internacional, promovendo um consenso entre os países no que diz respeito a firmar compromissos para minimizar as catástrofes causadas pelos impactos do modo de produção capitalista, bem como ajudar as populações mais vulneráveis afetadas por esse processo. Também se discute as metas estabelecidas para cada um dos ODS e a implementação de políticas públicas para o alcance dos mesmos.

A segunda sessão investiga a interação de Uberlândia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as políticas públicas que se orientam por eles. Além disso, são examinados os fatores que influenciam o crescimento da cidade, buscando estabelecer uma conexão entre a expansão urbana e os elementos que contribuem para a segregação do espaço urbano. Também são analisadas as ocupações urbanas como resultado desses processos, apresentando suas particularidades por meio de uma breve descrição de cada uma delas.

Na terceira sessão, são destacados os aspectos que dizem respeito aos aspectos infraestruturas, compartilhados entre as ocupações urbanas em Uberlândia, abrangendo o padrão das residências, das vias e a falta de elementos essenciais como de infraestruturas, por exemplo. Isso inclui a carência de serviços públicos e de equipamentos nessas regiões, criando uma desvantagem para os residentes no acesso a variados recursos urbanos, como lazer, transporte, educação e saúde disponibilizados pela cidade. Essa situação amplifica a discrepância no desenvolvimento urbano e na qualidade de vida dos habitantes das ocupações em comparação com outras áreas do mesmo município.

Os resultados alcançados e as considerações finais da presente pesquisa encontram-se sistematizados a seguir.

SESSÃO 1

Desenvolvimento Sustentável, por que?

Atualmente, um dos problemas mais iminentes da humanidade consiste em encontrar meios equitativos e apropriados que permitam o progresso da sociedade sem comprometer a preservação do meio ambiente em benefício das gerações posteriores. Entretanto, nem sempre foi assim.

A Revolução Industrial é conceituada como um marco na história mundial, que provocou significativas transformações tanto no modo de produção quanto no modo de vida da sociedade. Graças aos avanços tecnológicos que marcaram o século XVIII, tais como a invenção da máquina à vapor bem como a produção em massa de mercadorias, ocorreu uma série de melhorias no processo produtivo viabilizando uma mudança estrutural na sociedade. Hobsbawm (1979) evidencia que a industrialização começou a produzir bens de consumo duráveis relativamente baratos para a população, como a máquina de costura e a bicicleta.

Como consequência a esse processo destaca-se o crescimento da população nas cidades que culminou em uma maior disponibilidade de mão de obra no processo produtivo fabril e estabeleceu a urbanização de lugares onde o capitalismo industrial consolidou-se.

Partindo desse pressuposto, destaca-se ainda que o capitalismo industrial provocou a ascensão do imperialismo no mundo. As grandes potências mundiais da época – Inglaterra como pioneira da Revolução Industrial, França, Alemanha, Bélgica e Holanda - motivaram-se descobrir novas colônias em busca de matéria-prima e recursos naturais para alimentar seus modos de produção que proporcionaram um crescimento econômico contínuo a esses países, os quais fizeram da lucratividade como sua principal motivação.

Considera-se também que o capitalismo Industrial exerceu (e ainda exerce) uma profunda influência sobre o estilo de vida das populações através do aumento significativo da oferta de produtos e serviços. O fenômeno do consumismo emergiu como um elemento fundamental na cultura, fomentando incessantemente o anseio por uma ampliação contínua de bens de consumo. Isso culminou no advento da

denominada "sociedade de consumo," na qual os indivíduos são estimulados a adquirir bens de maneira incessante.

Nesse contexto, ressalta-se dois importantes fatores que contribuem a essa lógica: o papel da publicidade, que emergiu como um instrumento capaz de estimular novos padrões de consumo na sociedade, promovendo o desejo pela aquisição de mercadorias e facilitando a distribuição da vasta produção proveniente das indústrias, e, também, os sistemas de crédito, que emprestam dinheiro à população a juros excessivos – que, deveras, promove o endividamento do indivíduo – estimulando o consumo.

Cria-se uma sociedade viciada em consumir a qual Harvey (2016) chama de consumo compensatório que nunca satisfaz. A essência do indivíduo passa a ser resumida ao seu poder de consumo. Bauman (2008) discute essa ideia e conceitua o consumismo como:

[...] um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, “neutros quanto ao regime”, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de autoidentificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais (BAUMAN, 2008, p. 32)

O autor propõe que na sociedade de consumidores ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria. Portanto, na lógica capitalista, nem mesmo o ser humano está isento de se tornar um produto.

No caso do Brasil, Lopes (1996) defende a tese de que há uma “escravidão por dívidas”. Segundo o autor, no Brasil há dois tipos de consumidores: os privilegiados e os desfavorecidos. O primeiro grupo constitui-se das chamadas classe média e classe alta. Estes desfrutam de maior facilidade para obter crédito e adquirir bens. Os bancos oferecem seus produtos (crédito) como um sonho, vendendo-os como qualquer produto na forma de propaganda, em horários nobres da televisão, do rádio, dos jornais (LOPES, 1996).

Já o segundo grupo, corresponde aos pobres. O consumo necessário destas classes subalternas atinge coisas banais na vida urbana, como, por exemplo,

eletrodomésticos dos mais simples (LOPES, 1996). Entretanto, os eletrodomésticos mais básicos permanecem fora de seu alcance, a menos que obtenham crédito, o que evidencia o termo proposto inicialmente pelo autor. Ou seja, a classe social mais desfavorecida depende do sistema de créditos para obter quaisquer tipos de bens.

O fato é que, aos mais ou menos favorecidos, o consumo representa uma necessidade do modo de vida moderno, não apenas para os brasileiros, mas em grande parte do mundo. Esse consumismo excessivo, além de se constituir como uma prática insustentável, está contribuindo direta e diariamente para um significativo aumento dos problemas ambientais em nível global. Entretanto, essa preocupação global com o consumo, a exploração e o uso de recursos naturais, apesar de não ser um fenômeno recente, visto que a menos de um século, basicamente não existia.

As ideias sobre o desenvolvimento sustentável foram se afirmando a partir do século XX (BARBIERI, 2020). A década de 1960 foi marcada por um significativo aumento na consciência ambiental. O movimento *hippie*, junto aos movimentos sociais, grupos ativistas e movimentos contraculturais como um todo, surgiram nesse período dando visibilidade ao debate sobre a sensibilização das pessoas para as questões relativas ao meio ambiente e pressionando a tomada de ações concretas sobre a temática em questão.

Nesse período, evidencia-se também as contribuições de Rachel Carson através de sua obra "Primavera Silenciosa", publicada pela primeira vez em 1962, o livro provocou um polêmico debate entre seus leitores. Esta obra é amplamente reconhecida como um marco importante na literatura ambiental. Corajosamente, a autora abordou as práticas agrícolas e químicas da época, examinando os efeitos prejudiciais do uso indiscriminado de agrotóxicos, tanto ao meio ambiente quanto à saúde humana.

Em razão das crescentes cobranças sobre o tema, os governos e líderes políticos passaram a reconhecer a importância de abordar questões ambientais em seus debates. Em 1959, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a Primeira Década do Desenvolvimento das Nações Unidas para o período de 1960 a 1970 (BARBIERI, 2020). Segundo o mesmo autor, tratava-se de concentrar esforços para a redução da pobreza nos países do Sul Global, utilizando o crescimento econômico

como um fator impulsionador da melhoria da qualidade de vida, acompanhado pela redução do desemprego e do subemprego.

As pesquisas de Barbieri (2020) revelam que, com o intuito de ampliar estudos voltados ao processo de desenvolvimento dos países, foi criado em 1963 o Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD), o que levou à criação, em 1965, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No ano de 1969, a ONU lançou um relatório sobre os problemas do meio ambiente humano com o alerta de que “(...) se as tendências atuais continuarem, a vida na Terra pode estar em perigo” (ONU, 1969). A partir desse documento, evidenciou-se uma preocupação com as questões ambientais em maior escala.

Em 1972, na Suécia, em meio à Guerra Fria, representantes de vários países do mundo se reuniram para participar do que ficou conhecido como um dos mais importantes marcos da história sobre a temática do meio ambiente e da sustentabilidade. A Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, também reconhecida como “Conferência de Estocolmo” – termo que faz jus ao nome da cidade onde foi realizada - primeiro grande encontro, coordenado pela ONU, para discutir a preocupação mundial com as consequências do crescimento econômico e pensar em caminhos possíveis para estabelecer uma relação menos predatória entre as ações do ser humano com o meio ambiente.

Essa conferência foi considerada como o ponto de partida para uma iniciativa internacional coordenada no sentido de abordar questões ambientais em um contexto global. Além disso, estabeleceu o alicerce essencial para negociações e acordos posteriores relacionados ao tema.

Ressalta-se ainda que, no mesmo ano da “Conferência de Estocolmo” (1972), o Clube de Roma publicou um estudo realizado por um grupo de cientistas intitulado “Limites do Crescimento”. O estudo empregou tecnologia de computação para modelar a relação entre a humanidade e o meio ambiente, levando em consideração o crescimento da população e a exaustão dos recursos naturais. A análise resultou na conclusão de que, caso a humanidade mantivesse o padrão de consumo de recursos naturais daquela época, influenciado pela industrialização, esses recursos se esgotariam em menos de um século (SOBRINHO, 2008).

Como consequência à Conferência de Estocolmo, criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) com o intuito de promover colaborações para a preservação do ambiente, motivando, educando e capacitando nações e indivíduos a aprimorarem sua qualidade de vida sem prejudicar o bem-estar das próximas gerações (UNEP, 2023). Sua sede foi inaugurada no ano subsequente (1973) na cidade de Nairóbi, capital do Quênia.

O PNUMA foi responsável pela criação e implementação de importantes marcos na perspectiva da preservação ambiental como, por exemplo, a Convenção Sobre a Poluição Atmosférica (1979) e o Programa de Montevideu (1982) que buscou estabelecer as prioridades para a legislação ambiental global, dentre outros.

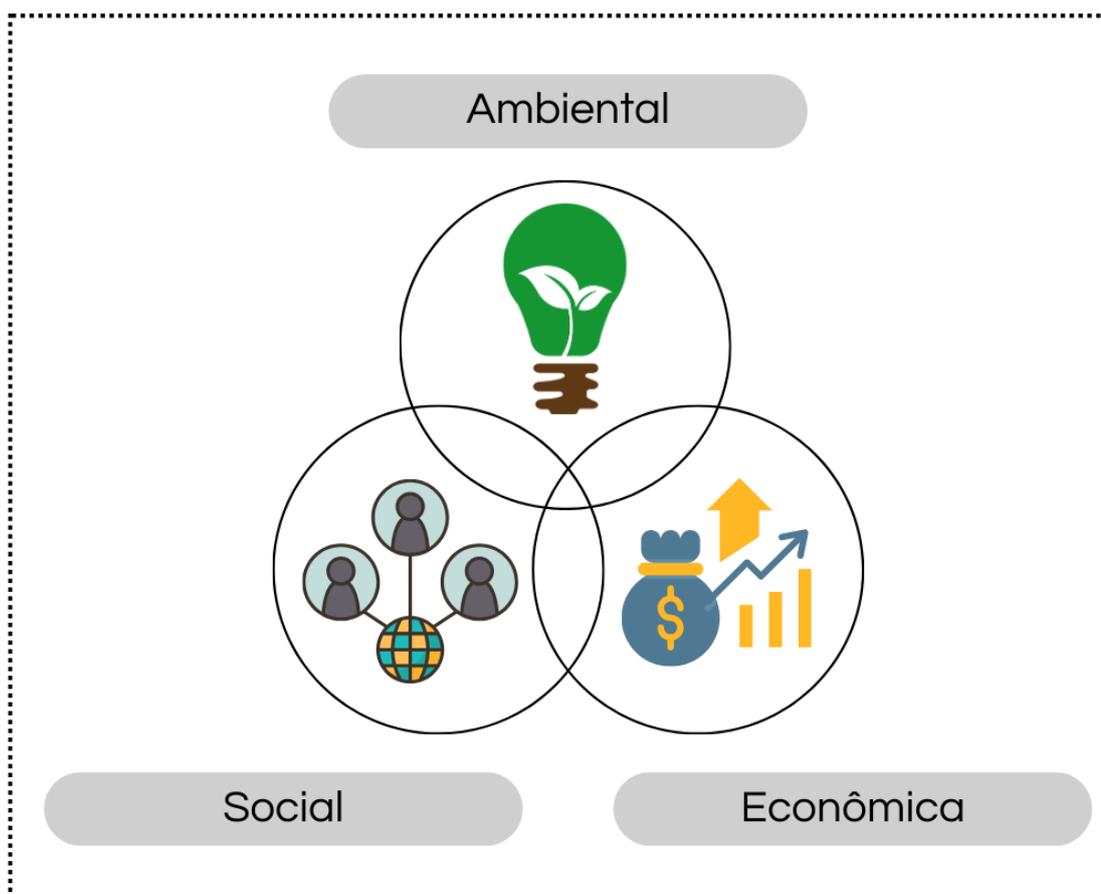
Instituiu-se também o dia 5 de junho, comemorado pela primeira vez em 1974, como o Dia Mundial do Meio Ambiente. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “(...) a celebração deste dia nos oferece a oportunidade de ampliar as bases para opiniões esclarecidas e condutas responsáveis por parte de indivíduos, empresas e comunidades no que diz respeito à preservação e à valorização do ambiente” (UNESCO, 2023).

Apesar de, até então, já se ter falado sobre a preservação ambiental e o próprio conceito de desenvolvimento sustentável na perspectiva do ecodesenvolvimento, foi somente em 1987 que o conceito em si foi de fato definido. Nesse mesmo ano, foi realizada a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, na qual foi produzido um importante relatório denominado de *Relatório Brundtland*, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Este relatório, estruturado em três partes (Preocupações Comuns, Desafios Comuns e Esforços Comuns), introduziu uma perspectiva inovadora para a promoção de ações ambientais centradas no conceito de desenvolvimento sustentável, dentre outras inúmeras ações, e essa expressão popularizou-se a partir de então. De acordo com esse documento, entende-se desenvolvimento sustentável como:

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 49).

Ou seja, a sustentabilidade pressupõe pensar ações a longo prazo - pois trata-se de um processo - como também prevê a integração de diferentes esferas: a econômica, a social, e a ambiental (figura 1). Tudo isso com o objetivo comum de atender, de maneira equilibrada, as necessidades humanas e do planeta, dentro do modo de produção capitalista.

Figura 1: Esferas do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: CMMAD (1988); Organização: BICALHO, B. (2023).

Portanto, considerar o conceito de desenvolvimento sustentável envolve a colaboração na redução da pobreza e das condições de vida precárias, ao mesmo tempo em que se busca mitigar os efeitos negativos da produção econômica global sobre o meio ambiente. Além disso, requer também a promoção de um crescimento econômico equitativo, beneficiando tanto os atores econômicos quanto as esferas social e ambiental.

Os estudos de Sobrinho (2008) apontam que o relatório criado para abordar o desenvolvimento sustentável apresenta algumas controvérsias. Uma delas envolve a

identificação da pobreza como uma das principais causas dos danos ambientais, sem considerar que os verdadeiros responsáveis pelos impactos no ambiente natural são as grandes corporações capitalistas que atuam na África, na Ásia e na América Latina.

Essas empresas desempenham um significativo papel na degradação do meio ambiente, contribuindo para problemas como desmatamento e poluição da água e do ar. Como resultado, elas também desempenham um papel crucial na manutenção de níveis sem precedentes de pobreza na história da humanidade (SOBRINHO, 2008).

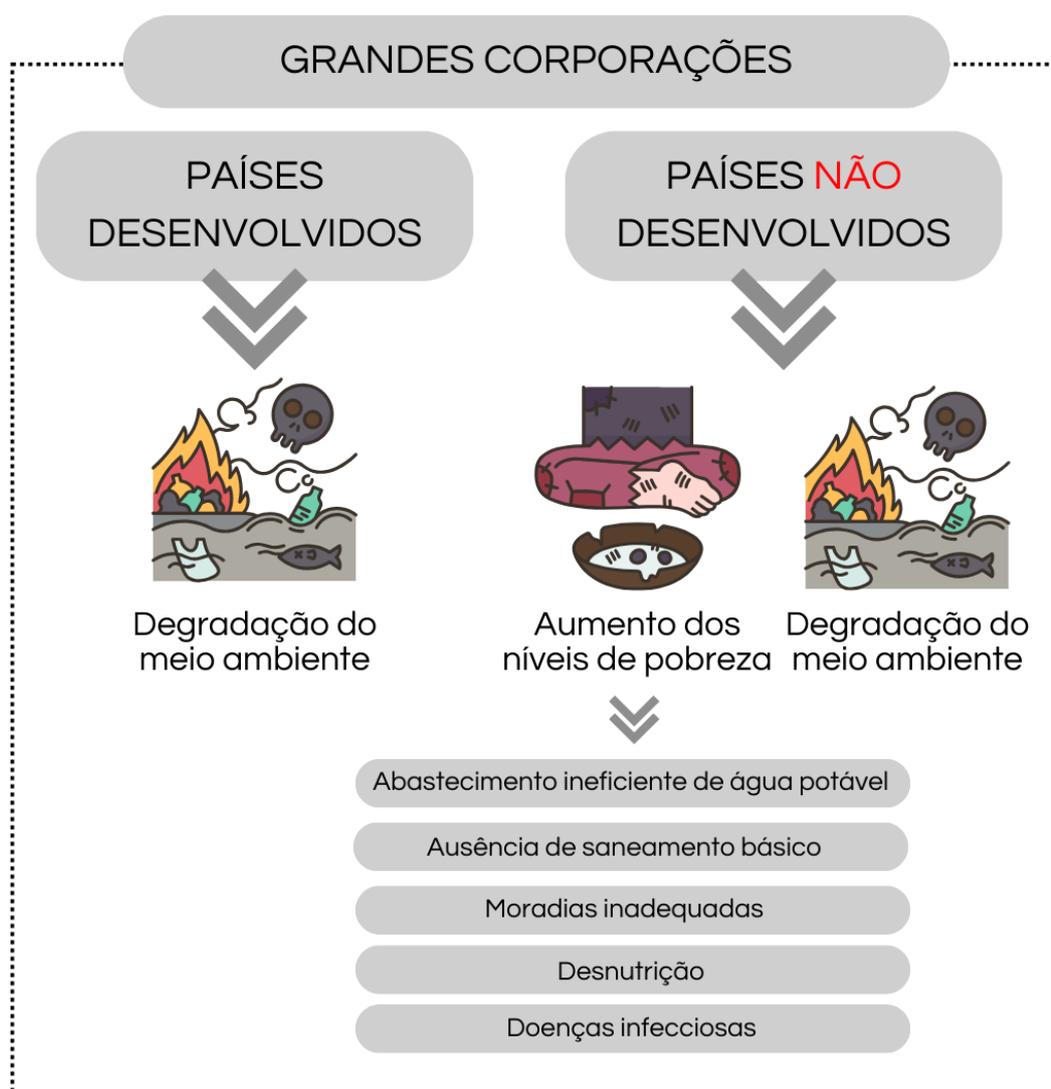
Apesar de o relatório abordar essa ideia em diversos trechos, conforme colocado por Sobrinho (2008), é importante ressaltar que essa lógica é incoerente. O exemplo de uma espécie animal que entra em extinção, devido ao fato de que famílias exercem a caça de um determinado animal para se alimentar, não pode ser comparado aos danos ambientais excessivos e ao esgotamento de um recurso natural em função da produção industrial excessiva de bens de consumo para satisfazer necessidades supérfluas da população.

Barbieri (2020) esclarece que os desafios ambientais enfrentados pelas nações industrializadas contrastam com aqueles presentes nos países em desenvolvimento pois:

Nesses países, as raízes dos problemas ambientais estão basicamente fincadas na pobreza e na própria falta de desenvolvimento. Em outras palavras, são problemas da pobreza urbana e rural. Não são apenas condições de vida que estão em perigo nas cidades e no campo, mas a própria vida devido a problemas típicos da pobreza, tais como abastecimento deficiente de água potável, moradias inadequadas, falta de saneamento básico, nutrição insuficiente, doenças infecciosas, desastres naturais. (BARBIERI, 2020, p. 92).

O autor explica que, embora os problemas relacionados à pobreza urbana e rural em países não desenvolvidos sejam tão graves quanto à contaminação gerada pela atividade industrial, eles demandam atenção especial no âmbito das preocupações ambientais, especialmente devido ao fato de impactarem grande parte da população mundial. O relatório enfatiza ainda que questões desse tipo podem ser amplamente mitigadas através do próprio processo de desenvolvimento. Por outro lado, nos países industrializados mais avançados, os problemas ambientais derivam de seus próprios processos de desenvolvimento. Essa lógica é ilustrada por meio da figura 2:

Figura 2: Desafios do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Barbieri (2020); Organização: BICALHO, B. (2023).

O Brasil, como país em processo de desenvolvimento, também foi afetado por essa onda de crescimento econômico. A partir da década de 1950, iniciou uma rápida transformação em sua estrutura econômica, acelerando um processo de industrialização que havia começado na década de 1930 e que foi significativamente impulsionado pela implantação da indústria automobilística (BARBIERI, 2020), passando, assim, de uma estrutura majoritariamente de base primária para uma de base industrial, o que impulsionou uma urbanização rápida e desordenada que, por sua vez, implicou na incidência de inúmeros problemas urbanos, no aumento da desigualdade e da pobreza e dos obstáculos que decorrem delas.

Afetado pela implementação de políticas neoliberais para países da América Latina, discutidas pelo Consenso de Washington em 1989, o país sofreu um processo de desindustrialização e, atualmente, opera no mercado internacional como produtor e exportador de *commodities*. Isso implica em um desabastecimento interno em função da concorrência estrangeira.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Brasil lidera a produção mundial de soja (2022/2023), seguido pelos Estados Unidos e pela Argentina. Com uma produção que ultrapassa 150 milhões de toneladas, a exportação de soja e de outras *commodities* merecem destaque no contexto econômico, uma vez que contribuem diretamente para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, essa prosperidade não se traduz em desenvolvimento econômico.

Em outras palavras, os lucros gerados por essa produção não têm um impacto significativo na redução da pobreza no país, tampouco se convertem em benefícios para a população. Adicionalmente, os grandes produtores de *commodities* obtêm vantagens em seu processo produtivo, uma vez que o Estado brasileiro fornece subsídios para sua execução, como recursos hídricos, benefícios relacionados ao uso da terra entre outros.

Ressalta-se que essa lógica de crescimento econômico não é um caso específico do Brasil, muito pelo contrário, acomete inúmeros outros países do Sul Global. Nessas circunstâncias, Barbieri (2020) adverte a importância do planejamento no contexto do desenvolvimento. Segundo o autor,

O desenvolvimento espontâneo, sem planejamento ou regulamentação, pode também produzir efeito semelhante nos países em desenvolvimento. Assim, a relação entre desenvolvimento e meio ambiente deve ser necessariamente considerada, e, se isso for feito, o desenvolvimento converte-se em medidas para resolver os problemas ambientais mais importantes. (BARBIERI, 2020, p. 101).

As conclusões do autor se fazem de extrema relevância, até mesmo porque os impactos ambientais ocorrem em níveis cada vez mais complexos, além de afetar significativas áreas do planeta como, por exemplo, o “buraco” na camada de ozônio ou o derretimento das geleiras em função do aquecimento global.

Uma vez que determinadas formas de degradação ambiental não se limitam por fronteiras geográficas, gradualmente, passaram a ser reconhecidas como desafios

globais que afetam a humanidade como um todo e não somente aqueles que foram responsáveis por sua ocorrência. Problemas dessa magnitude só podem ser enfrentados com a participação de todos os países e por meio de acordos intergovernamentais (BARBIERI, 2020).

Diante desse contexto, evidencia-se a criação dos Objetivos do Milênio, também conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Trata-se de conjunto de oito metas globais estabelecidas pelas Nações Unidas para combater a pobreza, promover a igualdade de gênero, melhorar a saúde, a educação e o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Eles foram adotados em setembro de 2000, durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, e tinham como prazo de conclusão o ano de 2015.

Os ODMs incluíam metas específicas como: reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza; alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS; a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; dentre outros. Após o prazo de 2015, os Objetivos do Milênio foram substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através da Agenda 2030.

Diante da necessidade iminente de tomar medidas no que diz respeito ao futuro do planeta, particularmente em relação ao crescimento econômico e à gestão dos recursos naturais, a Agenda 2030 foi estabelecida como um plano de alcance global pela Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015. Seu principal propósito é enfrentar os desafios mais urgentes de caráter mundial, fomentando o desenvolvimento sustentável em escala global até o ano de 2030. De acordo com Araújo (2020, p. 25) a agenda é tida como a expressão de um consenso político internacional sobre os principais desafios a serem enfrentados no aspecto econômico, social e ambiental durante os 15 anos seguintes.

A partir dessa agenda, foram estabelecidos 17 objetivos globais, conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - dispostos na figura 3 – e, por meio deles, 169 metas. Esses objetivos foram concebidos com base na interseção dos elementos que abrangem tópicos relacionados ao desenvolvimento sustentável, desde os aspectos sociais até os aspectos ambientais e econômicos.

Figura 3. Ícones dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Agenda 2030.

Eles (os ODS) representam um compromisso global para criar um mundo mais equitativo, próspero e sustentável, onde as necessidades atuais sejam atendidas sem comprometer as gerações futuras. Araújo (2020) reforça ainda que os ODS “(...) imprimem uma atenção especial a grupos vulneráveis de todo o globo, exigindo atenção especial às suas necessidades para que também alcancem as metas” (ARAÚJO, 2020, p. 13).

Trata-se da construção de uma jornada coletiva que busca sua implementação a partir do reconhecimento da dignidade da pessoa humana como algo fundamental, aplicando-se tanto a países desenvolvidos quanto a países não desenvolvidos, priorizando os que são prejudicados nesse processo.

O relatório produzido a partir da Agenda 2030 inclui uma seção introdutória na qual os líderes governamentais se comprometem a dedicar esforços contínuos à realização dos objetivos até o prazo estipulado. O documento ressalta o compromisso em:

Acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares, até 2030; combater as desigualdades dentro dos países e entre eles; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e de seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para o crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, a prosperidade compartilhada e o trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e as capacidades nacionais. (AGENDA 2030, p. 3).

De acordo com o documento, as metas estabelecidas são fruto de um processo de mais de dois anos de extensa interação com o público em geral e a participação ativa da sociedade civil e outros interessados de todas as regiões do mundo, com ênfase especial dada às vozes dos mais desfavorecidos e vulneráveis, reconhecendo a urgência da erradicação da pobreza em todas as suas dimensões.

Esse processo de consulta abrangeu a valiosa contribuição do Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral e do Secretariado das Nações Unidas, cujos esforços foram resumidos no relatório do Secretário-Geral em dezembro de 2014 (AGENDA 2030, 2015).

O documento destaca também o princípio da solidariedade e da parceria global entre Estados, governos, setor privado, sociedade civil e da própria ONU, em busca de garantir a implementação dos ODS, mobilizando todos os recursos disponíveis no combate à pobreza e à vulnerabilidade social. Para tanto, é necessário considerar a alocação de recursos financeiros, juntamente com a construção de competências e a disponibilização de tecnologias ecologicamente apropriadas em termos vantajosos para nações em desenvolvimento.

Claro, é essencial estabelecer um acompanhamento para garantir a execução desse conjunto de ações. Nesse sentido, é crucial enfatizar a obrigação de cada governo em monitorar e avaliar (tanto em nível nacional como regional) o cumprimento dos ODS por meio de suas políticas públicas. Isso deve ser feito com o apoio de indicadores criados para fornecer informações precisas, acessíveis, detalhadas e de alta qualidade, que auxiliem na avaliação do progresso.

A segunda parte da Agenda 2030 apresenta cada um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, dispostos por meio do quadro 1:

Quadro 1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Objetivo 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Objetivo 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Objetivo 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos
Objetivo 7	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia
Objetivo 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos
Objetivo 14	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para

	todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Agenda 2030; Organização: Bicalho (2023).

Após a introdução dos ODS, o relatório também destaca as metas associadas a cada um desses objetivos, as quais foram resumidas a seguir.

- **Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza**

O principal e mais urgente objetivo consiste em eliminar a pobreza extrema, cuja medida se baseia no número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia¹. As metas associadas a este propósito estão centradas na intenção de reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem na pobreza, através da implementação de um sistema de proteção social abrangente, garantindo igualdade de direitos no acesso aos recursos econômicos e aos serviços básicos. Além disso, busca-se diminuir a exposição e a vulnerabilidade dos grupos mais fragilizados a eventos extremos relacionados ao clima e a outros choques e desastres de ordem econômica, social e ambiental, bem como promover a implementação de programas e políticas visando a erradicação da pobreza em todas as suas dimensões. Essas metas também visam estabelecer políticas públicas sólidas em nível internacional, nacional e regional, com base em estratégias de desenvolvimento voltadas para a erradicação da pobreza (AGENDA 2030, 2015).

- **Objetivo 2 – Fome Zero**

A erradicação da pobreza implica também na eliminação da fome, da insegurança alimentar e da desnutrição, assegurando um acesso pleno a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente para toda a população, com foco especial nos grupos mais vulneráveis, tais como homens, mulheres, crianças menores de cinco anos, gestantes e idosos. Para alcançar esse objetivo, almeja-se duplicar a produção agrícola dos pequenos agricultores por meio de sistemas sustentáveis que

¹ O valor refere-se à uma quantia de R\$6,22, tomando como base a cotação do dólar do dia 01/11/2023.

garantam um acesso equitativo e seguro à terra e a outros recursos produtivos, sem comprometer a diversidade genética de plantas e animais (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 3 – Boa Saúde e Bem Estar

As metas do objetivo 3 baseiam-se na redução da taxa de mortalidade global para menos de 70 mortes a cada 100.000 nascidos (AGENDA 2030, 2015), na eliminação de óbitos de recém-nascidos e crianças com menos de 5 anos, no combate às pandemias de AIDS, tuberculose, malária, doenças tropicais, hepatite e outras doenças transmissíveis. Além disso, busca-se fortalecer a prevenção e o tratamento de abuso de substâncias, incluindo o uso indevido de drogas, entorpecentes, álcool e tabaco. As metas incluem ainda a redução de mortes por acidentes, o acesso a serviços de saúde sexual e planejamento familiar, bem como o acesso a medicamentos e vacinas. Também se pretende diminuir as mortes causadas por intoxicação devido a produtos químicos perigosos e a contaminação do ar, da água e do solo. Ademais, promover o incentivo e o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de vacinas e medicamentos, facilitando o acesso a esses recursos para as populações em situação de maior vulnerabilidade social, e valorizar os profissionais de saúde (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 4 – Educação de Qualidade

O objetivo 4 foi concebido com o propósito de assegurar um acesso equitativo a uma educação de qualidade que abranja todas as etapas do ensino, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Incluindo a garantia da alfabetização plena para todos, bem como a igualdade de acesso à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo o ensino universitário, de modo a abranger competências técnicas e profissionais relevantes para emprego, trabalho digno e empreendedorismo. Tudo isso deve ser alcançado considerando a eliminação das disparidades de gênero. Para atingir esse objetivo, é igualmente necessário garantir a infraestrutura física adequada, bem como proporcionar incentivos, como bolsas de estudo para estudantes e programas de capacitação para os profissionais da educação (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 5 – Igualdade de Gênero

O quinto objetivo tem como propósito eliminar todas as formas que perpetuam a disparidade de gênero. Para isso, destaca-se a necessidade de pôr fim à discriminação e à violência contra mulheres e meninas, seja ela verbal, física e/ou psicológica. Além disso, enfatiza-se a valorização das mulheres no que diz respeito ao trabalho remunerado e não remunerado, assim como a promoção da responsabilidade compartilhada no âmbito do lar e da família, de acordo com as particularidades de cada contexto nacional. Também inclui a erradicação de práticas prejudiciais, como casamentos prematuros e mutilações genitais femininas, juntamente com o apoio e o fortalecimento de políticas sólidas e legislação aplicável para promover a igualdade de gênero e empoderar mulheres de todas as idades, em todos os níveis (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 6 – Água Limpa e Saneamento

No tocante ao objetivo 6, busca-se alcançar o acesso universal e equitativo a água potável, segura e acessível para todos, juntamente com o fornecimento de saneamento e higiene adequados. Isso envolve a redução da poluição, a eliminação do despejo e a minimização da liberação de produtos químicos e materiais perigosos. Além disso, destaca-se a meta de reduzir pela metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentar significativamente sua reciclagem e reutilização segura, por meio de uma gestão integrada dos recursos hídricos. Adicionalmente, destaca-se como objetivo a proteção e a restauração dos ecossistemas relacionados à água (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 7 – Energia Acessível e Limpa

Este objetivo visa garantir o acesso generalizado, confiável, atualizado e economicamente viável a serviços de energia, com foco na preferência por fontes renováveis. Busca-se, ademais, ampliar a infraestrutura e modernizar a tecnologia para oferecer serviços de energia modernos e sustentáveis a todas as pessoas, principalmente no que diz respeito aos países em desenvolvimento (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 8 – Emprego Digno e Crescimento Econômico

As metas do objetivo 8 buscam manter um crescimento econômico anual de 7% do Produto Interno Bruto (PIB), principalmente nos países em desenvolvimento. Isso será alcançado por meio da modernização, da diversificação e da inovação tecnológica, visando atingir níveis mais elevados de produtividade. Para isso, buscase implementar políticas públicas que apoiem atividades produtivas e a criação de empregos de qualidade, promovendo o desenvolvimento de empresas de todos os portes e assegurando os direitos trabalhistas de homens, mulheres, idosos e pessoas com deficiência (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

O nono objetivo estabelece metas para o desenvolvimento de infraestrutura de alta qualidade, confiável, sustentável e resistente, abrangendo tanto infraestrutura regional quanto transfronteiriça. Também visa promover a industrialização inclusiva e sustentável, bem como a sua modernização, com base nos mesmos princípios. Além disso, pretende fortalecer a pesquisa científica para aprimorar a capacidade tecnológica dos setores industriais, apoiando o desenvolvimento de tecnologia de forma a tornar as tecnologias da informação mais acessíveis em termos de facilidade de acesso e custos entre outros aspectos (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 10 – Redução das Desigualdades

No que concerne à redução das desigualdades, as metas estabelecidas para o objetivo dez têm o propósito não apenas de atingir, mas também de manter o crescimento da renda dos 40% da população mais vulnerável, promovendo a inclusão social, econômica e política. Isso implica em garantir igualdade de oportunidades e diminuir as disparidades de resultados, incluindo a eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias, bem como a promoção de legislação, políticas e ações adequadas nesse sentido (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

As metas do Objetivo 11 foram estabelecidas com o propósito de assegurar que todos tenham acesso a habitação adequada, segura e a preços acessíveis, bem como aos serviços básicos. Isso inclui o acesso a sistemas de transporte seguros e acessíveis, com ênfase na implementação e na expansão dos meios de transporte públicos. Além disso, busca-se garantir uma urbanização inclusiva e sustentável, promovendo o planejamento e a gestão participativa. Fortalecer os esforços para proteger e preservar o patrimônio cultural e natural do mundo é outro objetivo importante. Também é uma meta reduzir significativamente o número de mortes e de pessoas afetadas por catástrofes, além de diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por esses eventos. Outro foco é a redução do impacto ambiental negativo das cidades, com atenção especial à qualidade do ar, à gestão de resíduos municipais e a outros aspectos ambientais. Por fim, busca-se também proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes para todos (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis

O objetivo número doze foi concebido com a finalidade de promover a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais. Nesse sentido, busca-se a diminuição do desperdício de alimentos em todas as fases da cadeia produtiva, desde a colheita até o consumidor final. Além disso, é necessário empreender esforços para reduzir a geração de resíduos, ao mesmo tempo em que se investe em práticas de reciclagem e de reutilização. É fundamental, também, fomentar e conscientizar empresas e indivíduos a adotarem práticas sustentáveis que estimulem uma transformação no padrão de consumo. Adicionalmente, é preciso reduzir o uso de recursos provenientes de combustíveis fósseis e desenvolver ferramentas para monitorar os impactos ambientais (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 13 – Combate às Alterações Climáticas

O Objetivo 13 visa a implementação de ações de adaptação aos riscos relacionados ao clima, além da integração de medidas de combate às mudanças climáticas nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais. Adicionalmente, A meta inclui o aumento da conscientização e da capacidade humana e institucional por meio de esforços educacionais relacionados à conscientização global sobre o clima, adaptação, redução de impactos e alerta precoce em relação às mudanças climáticas. Essencialmente, busca-se estabelecer um compromisso internacional entre os países para lidar com os impactos ambientais e as mudanças climáticas resultantes dos mesmos (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 14 – Vida Debaixo D'água

As metas do Objetivo 14 foram estabelecidas com o propósito de reduzir, de maneira significativa, a poluição marinha resultante de atividades antrópicas. Elas visam à implementação de medidas sustentáveis para a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros, bem como à prevenção de impactos ambientais relacionados à água, incluindo o combate à pesca destrutiva e ilegal. Além disso, buscam proporcionar benefícios econômicos que promovam a utilização sustentável dos recursos marinhos, abrangendo áreas como pesca, agricultura e turismo, enquanto garantem a conservação dos oceanos (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 15 – Vida Sobre a Terra

O Objetivo 15 parte da mesma lógica do objetivo anterior. Tem como finalidade garantir a conservação, a recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres e de água doce. Para alcançar esse propósito, busca-se promover uma gestão sustentável que vise conter o desmatamento e os processos associados à desertificação, além de incentivar o reflorestamento de áreas degradadas e a preservação da biodiversidade. É igualmente necessário empreender esforços na proteção de espécies ameaçadas de extinção e na eliminação da caça ilegal. Por último, as metas incluem o financiamento de práticas de manejo florestal sustentável (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes

As metas do Objetivo 16 concentram-se na redução substancial de todas as formas de violência e das taxas de mortalidade associadas, bem como na erradicação do abuso, da exploração, do tráfico e todas as formas de violência e tortura. Para alcançar estas metas, é fundamental empreender esforços para garantir a igualdade de acesso à justiça para todos, combater o crime organizado, a corrupção e o suborno em todas as esferas. Além disso, é importante promover e aplicar leis e políticas que não discriminem, tudo isso em prol do desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030, 2015).

- Objetivo 17 – Parcerias em Prol das Metas

Por fim, o último entre todos os objetivos enfatiza a necessidade de estabelecer parcerias para atingir as metas delineadas nos demais objetivos mencionados anteriormente. Nesse sentido, é ressaltado que essas parcerias ocorram em diversas áreas: financeira, visando à mobilização de recursos financeiros; tecnológica, com o propósito de promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ecologicamente sustentáveis para os países em desenvolvimento; no âmbito do desenvolvimento de capacidades, com o intuito de fortalecer o apoio internacional; e no contexto do comércio internacional, com o objetivo de alcançar o crescimento econômico, especialmente para os países em desenvolvimento.

Uma vez delineadas as metas para alcançar os ODS, cada país torna-se responsável por prover iniciativas e acordos para implementar políticas públicas que visam alcançar os objetivos recomendados pela Agenda 2030. No caso do Brasil, os ODS devem nortear as políticas de planejamento urbano e rural na busca constante pelo desenvolvimento sustentável, em nível nacional, regional e municipal.

Nesse contexto, evidencia-se as ações do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) - em parceria com o Sustainable Development Solutions Network (SDSN), com apoio do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e financiamento do Projeto CITinov – na criação do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras (IDSC-BR).

Com ações alinhadas às agendas globais, o ICS é uma organização não governamental (ONG) que desempenha o papel de uma plataforma que disponibiliza recursos, ferramentas e orientações destinadas a auxiliar gestores públicos, líderes comunitários e a sociedade em geral na busca por cidades mais sustentáveis, através de seus eixos de atuação (figura 4). Isso compreende o compartilhamento de informações, de dados, de indicadores e de boas práticas relacionadas ao desenvolvimento urbano, além de incentivar discussões e projetos que tenham como meta aprimorar a qualidade de vida nas áreas urbanas, ao mesmo tempo em que preservam o meio ambiente e fomentam a inclusão social.

Figura 4: ICS – Eixos de Atuação



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis (2023).

Desse modo, o IDSC-BR é uma importante ferramenta para a gestão pública, desempenhando um duplo papel: auxilia as cidades na avaliação de seu desempenho em relação aos objetivos estabelecidos pela ONU e possibilita uma variedade de análises que transcendem os limites municipais (ICS, 2023). A escala de avaliação varia de zero a cem (0 – 100) e é subdividida em seis categorias, determinadas com base na pontuação atribuída a cada cidade. Cada categoria é associada a uma cor distinta, como ilustrado no quadro 2.

Quadro 2. Níveis do Desenvolvimento Sustentável

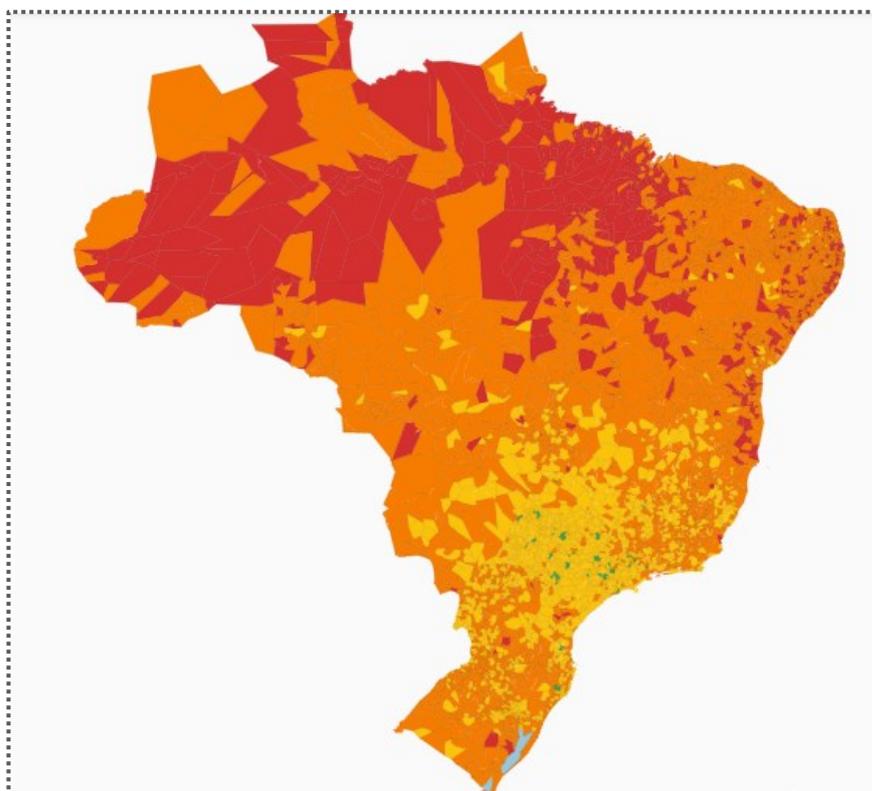
Muito alto	80 a 100
Alto	60 a 79,99
Médio	50 a 59,99
Baixo	40 a 49,99
Muito baixo	0 a 39,99
Informação não disponível	-

Fonte: ICS (2023); Organização: BICALHO, B. (2023).

As cidades são ordenadas com base em suas pontuações finais, que refletem o progresso geral em relação aos 17 ODS. Uma pontuação de 100 representa o alcance ideal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Do contrário, entre 0 e 39,99 representa um alcance muito baixo. Com base nesses dados, é possível consultar mapas interativos de cada um dos ODS. A figura 5 revela um panorama geral do Brasil em relação ao desenvolvimento sustentável.

Com base na figura 5, é possível concluir que a grande maioria das cidades brasileiras ainda apresentam um nível médio, baixo ou muito baixo em relação ao alcance dos ODS. A região Sudeste é marcada por um nível mediano enquanto a região Norte apresenta majoritariamente um baixo nível de desenvolvimento sustentável.

Figura 5: Brasil – Desenvolvimento Sustentável: Pontuação Geral



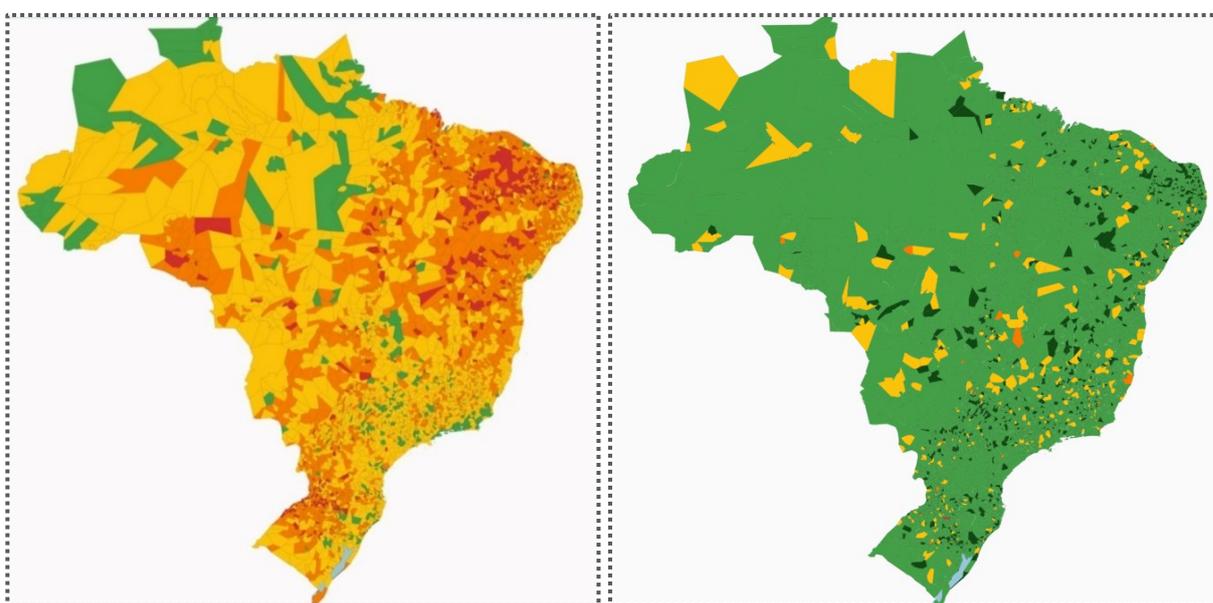
Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis (2023).

Uma outra análise ainda pode ser feita comparando-se duas cartografias. A figura 6 revela, por meio de uma representação visual, o desempenho das cidades

brasileiras no que diz respeito à erradicação da pobreza (figura da esquerda) comparado à redução das desigualdades (figura da direita).

O ODS 1 foi estabelecido a partir dos seguintes indicadores: famílias inscritas no Cadastro Único para programas especiais; percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família; percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro único pós Bolsa Família; pessoas com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Do mesmo modo, o ODS 10 foi estabelecido a partir dos seguintes indicadores: renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres; coeficiente de Gini; razão mortalidade infantil; razão gravidez na adolescência; taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do ensino fundamental; risco relativo de homicídios; violência contra a população LGBTQI+; acesso a equipamentos da atenção básica à saúde; razão do rendimento médio real; taxa de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental.

Figura 6: Brasil - Mapa Interativo:
Erradicação da Pobreza x Redução das Desigualdades



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis (2023).

A análise comparativa das cartografias permite constatar que o Brasil ainda possui um longo caminho pela frente no que diz respeito à erradicação da pobreza, visto que a maioria das cidades brasileiras possuem um nível médio-baixo no que diz respeito ao ODS 1. Em contrapartida, a figura da direita revela que as políticas públicas têm apresentado resultados promissores em relação à promoção da redução

das desigualdades, com a maioria das cidades brasileiras contemplando um índice considerado alto.

Entretanto, ressalta-se que essa análise é, no mínimo, contraditória. Como um país que apresenta um nível médio-baixo de desenvolvimento sustentável, bem como um nível médio-baixo de erradicação da pobreza, possui um alto índice de redução das desigualdades, visto que a redução das desigualdades está diretamente relacionada à redução da pobreza?

Não se questiona a veracidade dos dados ou a metodologia da construção dos indicadores, muito pelo contrário. Essa análise evidencia que o que Harvey (2016) alerta. De acordo com o autor, o capitalismo se apropriou e transformou a questão ambiental em um grande negócio.

Historicamente, as práticas do modo de produção capitalista têm causado significativos impactos ao meio ambiente e, conseqüentemente, à vida do ser humano na Terra. Em função disso, surgiram esforços para discutir e implementar práticas sustentáveis em nível global. Entretanto, o autor ressalta que:

O apoio popular ao ambientalismo das grandes empresas tem sido útil tanto para o capital quanto para as políticas ambientais. Parte dessa política, infelizmente, é simbólica, e não substantiva. Isso é conhecido como “greenwashing” – disfarçar um projeto com fins lucrativos como um projeto para melhorar o bem-estar das pessoas. (HARVEY, 2016, p. 255).

Isso implica em contradições entre o que é discutido “no papel” e o que é, de fato, colocado em prática. Logo, uma cartografia que revela que o Brasil possui um alto índice no que diz respeito à redução das desigualdades, não necessariamente, implica que a realidade das cidades brasileira seja essa. Visto que “o capital nunca hesitou de destruir as pessoas quando se trata de lucrar” (HARVEY, 2016. p. 255).

O maior desafio do desenvolvimento sustentável, portanto, é garantir o crescimento econômico, aos moldes do modo de produção capitalista, ao passo que esse crescimento deve estabelecer uma relação não predatória do ser humano com o meio natural. Em vista disso, no cenário nacional, as cidades brasileiras ainda têm um longo caminho pela frente, em se tratando do desenvolvimento sustentável.

Fundada em 31 de agosto de 1888, Uberlândia tem suas raízes em uma pequena vila inicialmente conhecida como "São Pedro de Uberabinha". Primeiramente, a economia da região estava centrada na agropecuária e na produção de café, que desempenhou um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento de Uberlândia. A cidade viu um rápido crescimento à medida que mais terras eram dedicadas ao cultivo de café, e a ferrovia chegou à região, facilitando o transporte da *commodity*.

A região que compreende o município se inseriu na divisão territorial do trabalho estabelecida entre o estado de São Paulo, que produzia o café, e o Triângulo Mineiro, que assumiu o papel de abastecimento, particularmente de cereais e carne. Como consequência, a região atraiu imigrantes de diversas origens para a cidade. No entanto, com o declínio da produção cafeeira no início do século XX, a economia diversificou-se para incluir setores como comércio, indústria e serviços.

Com PIB per capita de R\$53.828,78 (IBGE, 2020) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,789 (IBGE, 2010), Uberlândia possui considerável influência na área de educação, de saúde e no quesito de empregabilidade, principalmente no setor terciário, atraindo pessoas de municípios vizinhos em busca de oportunidades de emprego.

De acordo com Guimarães (2010) isso se consolidou ao longo do tempo em função da particularidade da distância geográfica entre Uberlândia e as zonas de influência dos principais centros nacionais, que proporcionou uma importante conexão entre a economia de São Paulo e do interior do país, principalmente com a região Centro-Oeste, possibilitando a diversificação da base produtiva, incluindo o estímulo às exportações agrícolas.

Além disso, conforme observado por Soares (1995), outros elementos desempenharam um papel significativo na criação de uma sólida conexão entre o capital comercial, industrial e agropecuário. Isso inclui a presença de recursos naturais abundantes, a ausência de barreiras culturais e a disponibilidade de mão de obra familiar. Hoje, Uberlândia é reconhecida por sua infraestrutura moderna e por proporcionar qualidade de vida a seus habitantes. A cidade é um centro de comércio e de tecnologia, atraindo investimentos e empreendedores de todo o Brasil.

Essas particularidades coincidem com os achados do recente estudo conduzido pelo Instituto de Cidades Sustentáveis (ICS) – conforme mencionado no capítulo anterior - que classificou Uberlândia na 80ª posição entre os 5.570 municípios do Brasil, destacando seus consideráveis índices no que diz respeito aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU.

Figura 7: IDSC: Uberlândia – Panorama Geral



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis (2023).

A figura 7 revela um nível mediano no que diz respeito ao Desenvolvimento Sustentável em Uberlândia. Entretanto, ao comparar sua colocação em relação aos outros municípios brasileiros, nota-se que a cidade assume uma posição favorável. Isso evidencia que, em um cenário geral, os municípios ainda têm um longo caminho a percorrer na busca de alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O IDSC, além de indicar um panorama geral, oferece também o nível alcançado pelo município para cada um dos ODS. Embora tenha recebido essa classificação positiva, Uberlândia enfrenta desafios que estão estreitamente ligados ao desenvolvimento caótico, à disparidade na distribuição de recursos e à ocorrência de ocupações urbanas na cidade.

Nesse sentido, o quadro 3 traduz a prioridade do direcionamento das políticas públicas municipais em Uberlândia. É possível perceber, por exemplo, que a gestão do município tem priorizado esforços nas áreas da saúde, de trabalho, de investimento em energias limpas e de saneamento básico. Do contrário, os dados do IDSC (2023) revelam que há necessidade urgente de empenho nas questões que envolvem a promoção de uma agricultura sustentável e de redução da fome, igualdade de gênero,

indústria, inovação, infraestrutura, proteção da vida terrestre e implementação de parcerias para aumentar o IDSC.

Quadro 3. Uberlândia: Nível de Classificação por ODS

Nº	ODS	Nível
1	Erradicação da Pobreza	Médio
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	Baixo
3	Saúde e Bem-estar	Alto
4	Educação de Qualidade	Médio
5	Igualdade de Gênero	Muito Baixo
6	Água Potável e Saneamento	Muito Alto
7	Energia Acessível e Limpa	Muito Alto
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Alto
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	Muito Baixo
10	Redução das Desigualdades	Alto
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Alto
12	Produção e Consumo Responsáveis	Alto
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	Alto
14	Proteger a Vida Marinha	Muito Alto
15	Proteger a Vida Terrestre	Muito Baixo
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Médio
17	Parcerias Para Implementação dos Objetivos	Muito Baixo

Fonte: ICS (2023); Organização: BICALHO, B. (2023).

É importante ressaltar que os níveis estabelecidos acima para Uberlândia constituem, em sua maioria, em dados quantitativos. Esses dados, apesar de servirem como um importante norteador das ações para alcançar o desenvolvimento sustentável pleno, nem sempre refletem com 100% de precisão as dinâmicas que ocorrem na prática.

Um exemplo é o fato de que Uberlândia possui um alto nível no que diz respeito aos ODS's 10 e 11 (Redução das Desigualdades e Cidades e Comunidades Sustentáveis, respectivamente), e baixo e médio níveis em relação aos ODS's 2 e 1

(Fome Zero e Agricultura Sustentável e Erradicação da Pobreza), respectivamente. Esse contraponto, reverbera uma inquietação quanto à análise dos dados pois, como uma cidade possui um alto nível nos ODS 10 e 11 e um baixo e médio nível nos ODS 2 e 1, visto que um modelo pleno de cidade sustentável só é possível com a erradicação da pobreza e da fome? Além disso, ressalta-se que não é possível a redução das desigualdades sem a redução da pobreza.

Portanto, existem aspectos que merecem maior atenção em Uberlândia e que justificam, ainda, que as informações apresentadas muito condizem com a história da produção do espaço e da lógica da expansão urbana da cidade ao longo do tempo.

Os estudos de Bicalho (2022), evidenciam que as atividades de especulação imobiliária, claramente identificadas em Uberlândia, refletem a organização do território caracterizada predominantemente pela segregação e fragmentação. Esses padrões se concretizam como resultado da maneira como os diversos agentes envolvidos – dentre eles, as empresas imobiliárias – atuam na construção da cidade e moldam o espaço urbano. Isso influencia diretamente no modo como as pessoas vivenciam e ocupam as cidades.

Desse processo surgem duas implicações principais. A primeira delas é a incidência dos chamados vazios urbanos, cuja manutenção é garantida pela especulação imobiliária. Trata-se de áreas desocupadas e negligenciadas, com posse individual e particular, não exercendo a sua função social de propriedade. São caracterizados, por vezes, pelo crescimento de vegetação alta, pela ausência de cercas, por calçadas precárias e pela ausência de supervisão das autoridades municipais.

Os investidores veem nesses vazios a oportunidade de lucrar com a valorização das terras urbanas, à medida que as cidades crescem e se desenvolvem. Conforme a demanda por habitação, comércio e infraestrutura aumenta, os especuladores adquirem essas áreas subutilizadas a preços relativamente baixos, apostando que seu valor irá disparar no futuro. Eles, muitas vezes, aguardam até que o desenvolvimento urbano alcance essas regiões antes de vender a preços substancialmente mais altos.

Oliveira (2012) indica que o aumento do valor dos imóveis, em grande medida, decorre dos aportes públicos que incluem melhorias na infraestrutura e na construção

de equipamentos e de serviços públicos. Portanto, é essencial que o governo regulamente o uso do solo para assegurar o bem-estar da comunidade e a distribuição equitativa dos benefícios resultantes dessas melhorias, impedindo a presença de propriedades desocupadas à espera de valorização.

Esse processo pode contribuir para o surgimento de bairros em crescimento e a revitalização urbana, mas também agrava questões de desigualdade, de deslocamento de comunidades locais e da falta de uso eficiente do espaço urbano. Portanto, a especulação imobiliária e os vazios urbanos estão interligados de maneira complexa, influenciando o desenvolvimento e a transformação das cidades, bem como os desafios que enfrentam em relação ao planejamento urbano, acessibilidade à habitação e a gestão sustentável do espaço urbano.

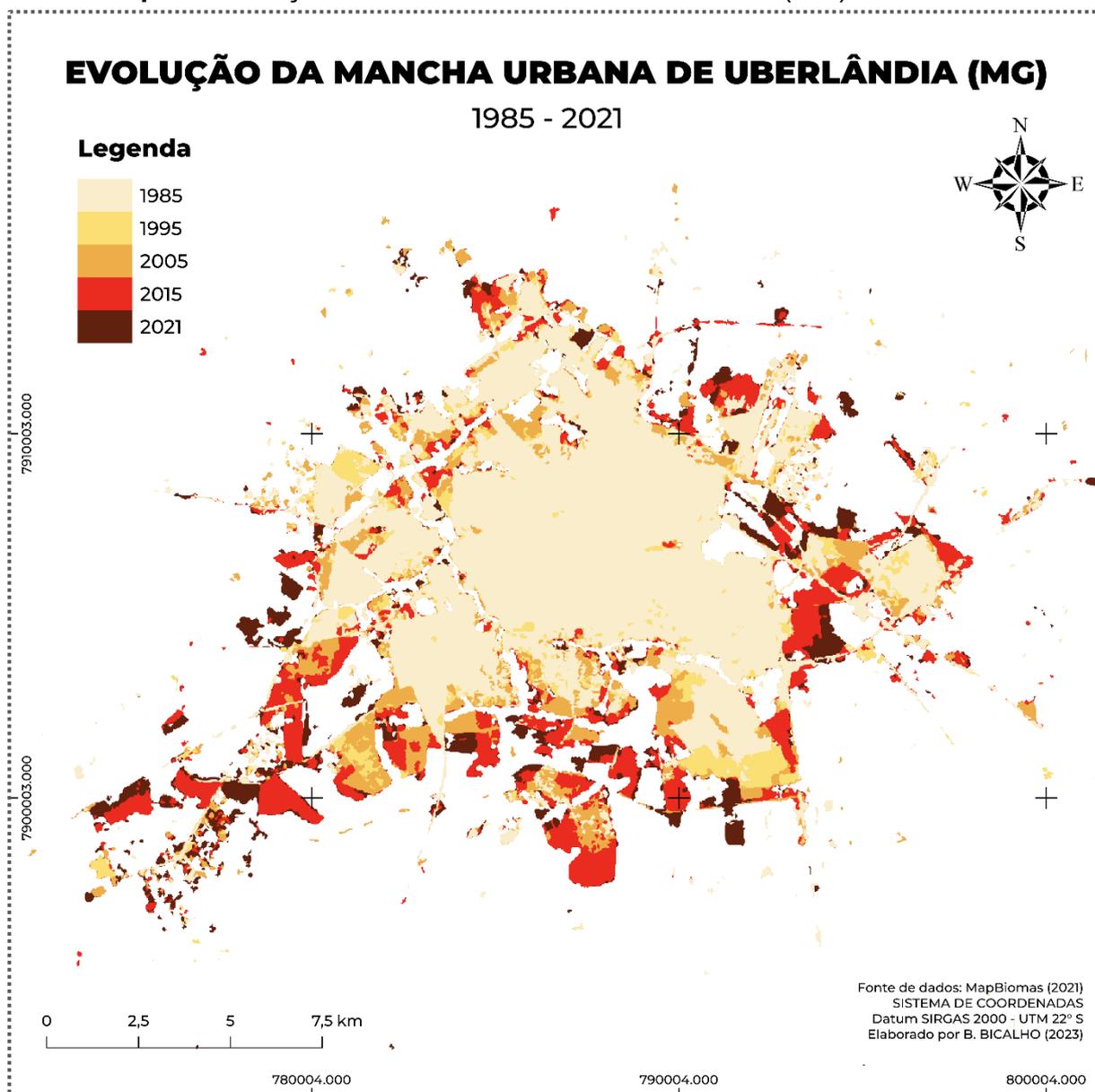
A segunda implicação é a incidência de periferias, que surgem como uma consequência da relação capitalista entre a especulação imobiliária e a formação dos vazios urbanos. De acordo com Almeida et al. (2018), à medida que a cidade se expande, observa-se a construção de conjuntos habitacionais de caráter social nas áreas periféricas, distantes do centro, enquanto extensas áreas desocupadas aguardam valorização imobiliária.

Sposito (2004), ao discutir sobre a incidência das periferias brasileiras, ressalta que no decorrer do século XX a expansão da periferia ocorreu de maneira irregular. O setor privado foi responsável por desenvolver loteamentos sem observar as exigências da legislação urbana, como tamanho mínimo dos lotes, largura mínima das vias, delimitação de áreas verdes e institucionais, e a inclusão de infraestruturas essenciais. Consequentemente, esses empreendimentos não obtiveram aprovação para seus projetos, dificultando a legalização da aquisição dos lotes. Em outros casos, a falta de recursos econômicos para a aquisição de terrenos explicou a ocupação de áreas não loteadas, resultando na formação de favelas, caracterizadas pela posse ilegal das terras ocupadas.

No caso de Uberlândia, a população urbana experimentou um significativo aumento nas últimas décadas (de 2000 e 2020) a cidade praticamente duplicou de tamanho. O aumento populacional traz consigo uma demanda ampliada por espaço, por infraestrutura, por investimentos nas áreas de educação, saúde, habitação entre

outros aspectos. O mapa 2 revela as dimensões da expansão urbana de Uberlândia entre 1985 e 2021.

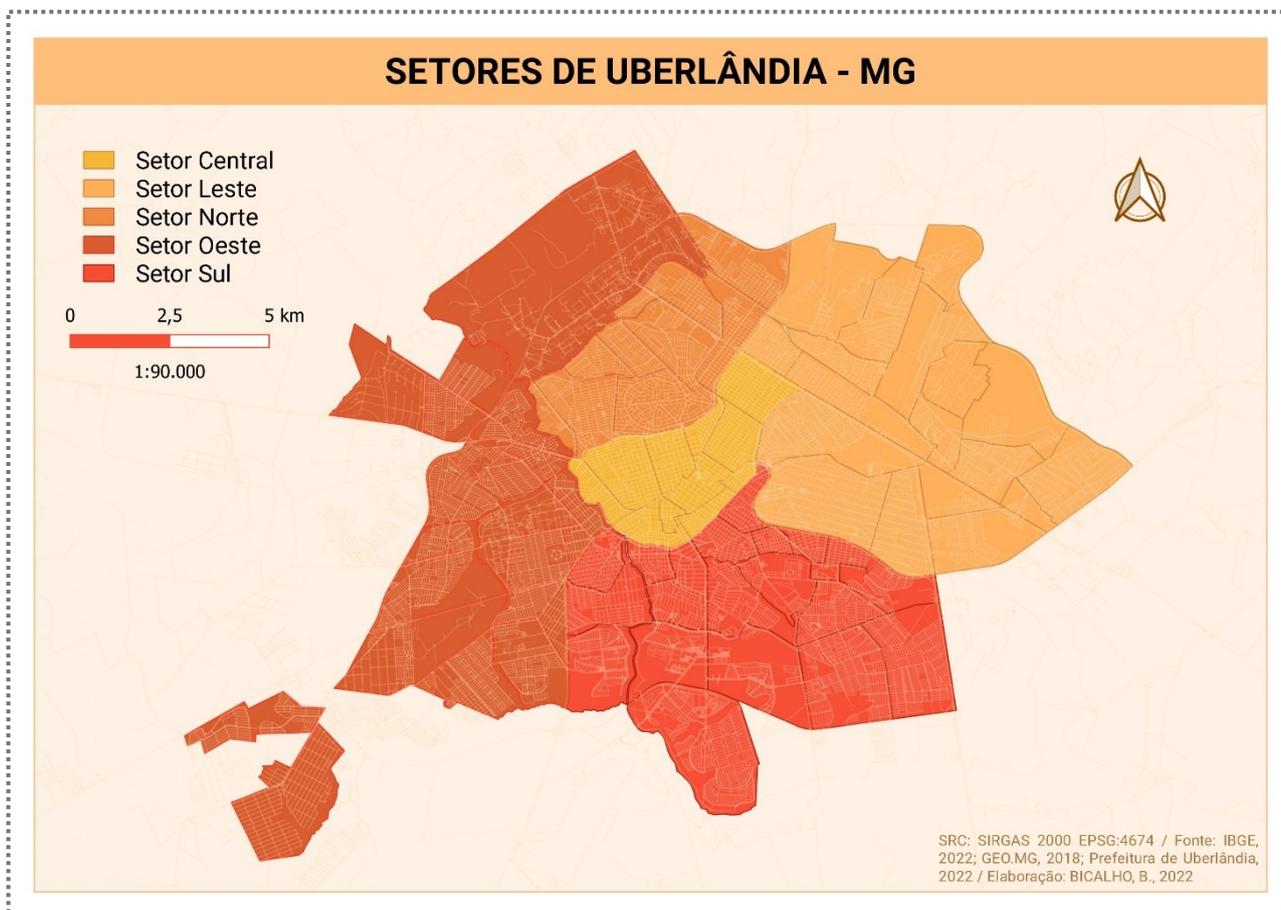
Mapa 2. Evolução da Mancha Urbana de Uberlândia (MG): 1985 - 2021



Fonte: Bases MapBiomias (2021); SIRGAS 2000.
Elaboração: BICALHO, B. (2023).

Por meio da cartografia apresentada, é possível notar que o crescimento da mancha urbana de Uberlândia, principalmente no que diz respeito às duas últimas décadas, se deu principalmente nos setores Sul, Leste e Oeste da cidade. Setores esses, retratados por meio da figura 8.

Figura 8: Divisão dos Setores em Uberlândia (MG)



Fonte: Bicalho (2022).

No setor Sul, destaca-se uma forte parceria entre o Estado e os agentes privados no que diz respeito a destinar o setor à implementação de condomínios horizontais e de empreendimentos de alto padrão. De acordo com a pesquisa realizada por Almeida et al. (2018, p. 294), “dos 50 condomínios horizontais de Uberlândia (2018), 26 estão localizados no Setor Sul, 10 no Setor Leste e outros 12 no Setor Oeste”.

O setor Leste da cidade é historicamente marcado pela ocupação ilegal de terras. Vários bairros da região tiveram sua gênese como assentamentos e, a partir dos esforços e lutas populares, tiveram seu processo de regularização fundiária concluídos e hoje configuram-se como parte do perímetro urbano de Uberlândia.

Já o setor Oeste, possui um considerável número de bairros que surgiram como áreas destinadas à implementação de moradias populares - como exemplos destacam-se o bairro Pequis e Monte Hebron – principalmente a partir pela construção de conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida (MCMV).

As características dos setores Leste e Oeste se somam ao fato de que nesses espaços sempre existiram extensas áreas privadas, resultado de especulação imobiliária, que não desempenham sua função social, aliado à intenção do poder público de construir conjuntos habitacionais voltados para a população de baixa renda. Esses elementos levaram uma parcela considerável da população a ocupar áreas classificadas como periféricas ao perímetro urbano, ou seja, nas margens do urbano, naquele momento.

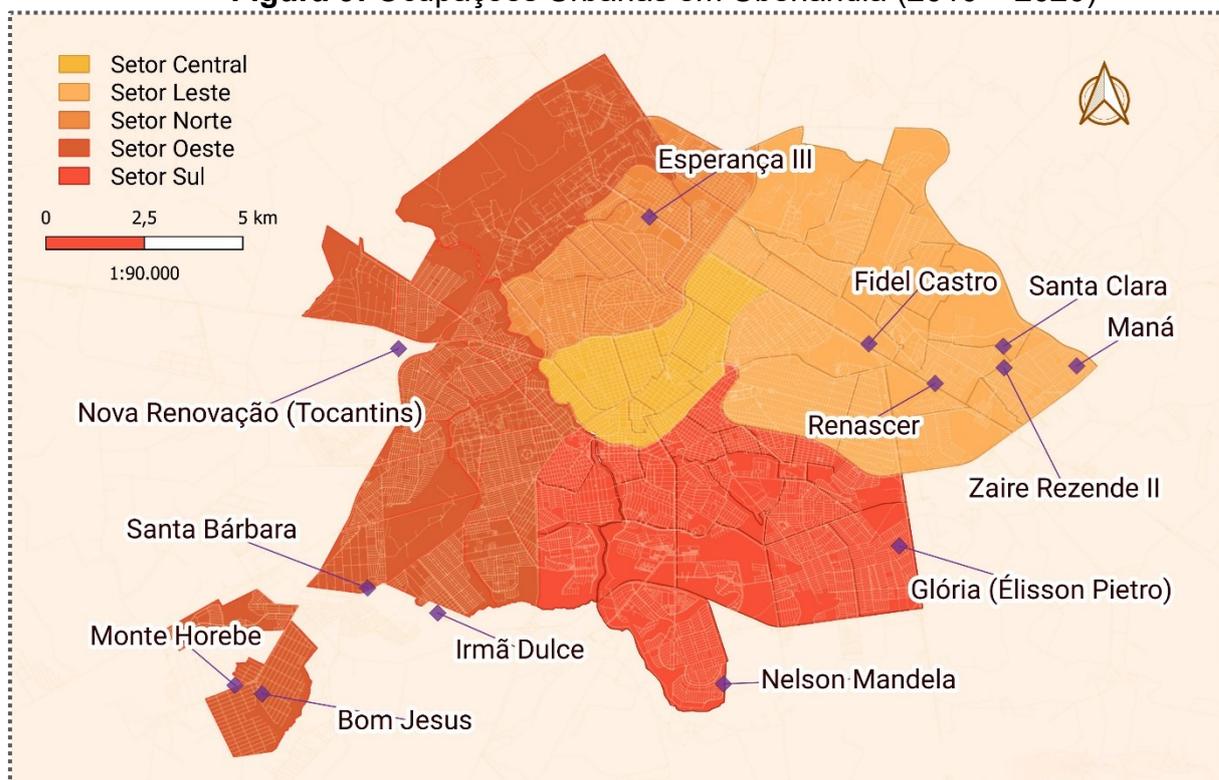
Nesse sentido, as contribuições de Cleps (2008) sobre o tema são de fundamental importância pois revelam que o surgimento de loteamentos clandestinos em Uberlândia ocorre como uma consequência da produção de seu espaço. De acordo com a autora,

Na medida em que ela foi tornando-se pólo de atração populacional, surgiram loteamentos clandestinos, totalmente distantes e isolados da área central. Sob pressão da população, o poder público vê-se acuado e, principalmente nos períodos que antecedem os pleitos eleitorais, acaba criando uma série de infraestrutura básica nesses locais. (CLEPS, 2008, p. 3).

Desse modo, as favelas e comunidades urbanas² vão ganhando forma e estrutura e, aos poucos, são reconhecidas como bairros pelo poder público e inclusas ao perímetro urbano, implementando-se as devidas infraestruturas para a população.

As ocupações urbanas em Uberlândia representam o que há de mais precário no que diz respeito ao alcance dos ODS propostos pela ONU. Segundo Bicalho (2022), foram identificadas 13 ocupações urbanas na cidade, sendo que 11 delas surgiram no período entre 2010 e 2020 (figura 9). Esses espaços, formados em contextos diversos, encontram-se tanto dentro dos limites urbanos quanto em suas periferias.

² Durante o seminário promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em outubro de 2023, pesquisadores debateram, revisaram e sugeriram a substituição do termo “aglomerado subnormal” por “favelas e comunidades urbanas”.

Figura 9: Ocupações Urbanas em Uberlândia (2010 – 2020)

Fonte: BICALHO, B. (2022).

Essas ocupações, marcadas pela informalidade e pelas condições habitacionais precárias, representam um desafio crítico para a efetivação e a aplicação dos direitos fundamentais de qualquer cidadão em relação à cidade quanto ao alcance dos ODS.

A negligência observada em várias administrações municipais, especialmente ao avaliar a questão da habitação, destaca essa omissão. O problema da moradia, em particular, surge como um dos principais obstáculos devido ao aumento do custo de vida na cidade, levando involuntariamente uma parcela da população a ocupar áreas desprovidas de função social.

Conforme os estudos de Bicalho (2022), constatou-se, por meio da metodologia proposta pela autora, que em Uberlândia há mais de 13 mil famílias vivendo em situação irregular, totalizando mais de 40 mil pessoas. Essa situação é detalhada no Quadro 4.

Quadro 4. Uberlândia (MG): Ocupações Urbanas (2010-2020)

	Setor	Nome	Ano de início	Número de ocupantes
1	Sul	Ocupação Nelson Mandela	2011	300 famílias
2	Sul	Ocupação Glória	2012	2.200 famílias
3	Oeste	Ocupação Irmã Dulce	2012	700 famílias
4	Oeste	Ocupação Bom Jesus	2013	800 famílias
5	Oeste	Ocupação Monte Horebe	2014	200 famílias
6	Oeste	Ocupação Santa Bárbara	2015	25 famílias
7	Leste	Ocupação Zaire Rezende II	2011	164 famílias
8	Leste	Ocupação Santa Clara	2013	1.000 famílias
9	Leste	Ocupação Maná	2013	1.200 famílias
10	Leste	Ocupação Renascer ³	2014	120 famílias
11	Leste	Ocupação Fidel Castro	2016	900 famílias
12	Leste	Residencial Integração	1989	5.500 famílias
Total				13.109 famílias

Fonte: BICALHO (2022). Organização: BICALHO, B. (2023).

Analisando o quadro, observa-se a existência de doze ocupações que se estendem por toda a área urbana da cidade, abrangendo também suas áreas periurbanas. Em números são aproximadamente 13.109 famílias, o que corresponde, se considerarmos a média de moradores por domicílio de 2,71, conforme os dados do IBGE no censo demográfico de 2022 para o estado de Minas Gerais, que estamos lidando com uma população estimada em cerca de 35.525 habitantes. Isso representa um número substancial de pessoas que vivem em condições precárias, privadas do direito à moradia e, mais significativamente, do direito social à cidade. As ocupações são brevemente descritas a seguir.

³ As famílias que residiam na ocupação foram expulsas do local ainda em 2023 e o assentamento não existe atualmente.

- Ocupações Urbanas do Setor Sul

O Setor Sul de Uberlândia destaca-se pela existência de duas ocupações em seu espaço. A ocupação Glória, também conhecida como Élisson Pietro, surgiu em 2012 após a ocupação de uma extensa área de mais de 6.000.000m², originalmente propriedade da Universidade Federal de Uberlândia, conhecida como Triângulo do Glória. É importante destacar que a propriedade em questão estava em desacordo com os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade que, dentre suas diretrizes, buscam assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

De acordo com os estudos de Dias (2018), em 2009, a Prefeitura Municipal, por meio da implementação da legislação que criou as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) e designou o “Glória” como categoria I, com o propósito de destiná-lo à construção de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

As ZEIS constituem-se de áreas urbanas demarcadas, destinadas para fins específicos de interesse social. São estabelecidas para atender às necessidades habitacionais, oferecendo condições para regularização fundiária, acesso a serviços públicos e melhoria na qualidade de vida. Têm como objetivos principais a promoção de políticas públicas de moradia popular e a implementação de programas habitacionais voltados para a população de baixa renda.

A Lei Complementar nº525 de 14 de abril de 2011, que dispõe sobre o zoneamento sobre o uso e ocupação do solo no município de Uberlândia, define quatro categorias para as ZEIS. São elas:

- ZEIS I: Áreas não parceladas - São áreas já consolidadas, ocupadas por população de baixa renda, geralmente caracterizadas por assentamentos informais. Nessas áreas, o objetivo é promover a regularização fundiária, melhorias na infraestrutura e nos serviços urbanos, além de garantir o acesso a moradia digna para a população residente.
- ZEIS II: Áreas de parcelamento irregular – São áreas estratégicas ou vazios urbanos destinados à produção de habitação de interesse social. Nessas regiões, o foco está na criação de novos empreendimentos habitacionais para atender às demandas de moradia da população de baixa renda, seguindo critérios específicos estabelecidos para esse fim

- ZEIS III: Áreas parceladas - Corresponde a áreas de interesse social específico, que podem ser destinadas a diferentes tipos de projetos urbanos e sociais, além da habitação. Essas áreas são reservadas para atividades como instalação de equipamentos públicos, projetos de urbanização, espaços de lazer entre outros, visando atender às necessidades da comunidade local.
- ZEIS IV: Áreas não parceladas II – Extensão das ZEIS I

A partir de esforços, um planejamento urbano foi elaborado para o Glória, com a finalidade de alocar áreas específicas para comércio, ruas, áreas verdes, lazer e instalações públicas. Esse projeto serviu posteriormente como base para o traçado urbano e topográfico da Ocupação, conduzido por Élisson Pietro, professor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

A ocupação da área foi comunicada à UFU no início do processo, em janeiro de 2012 e, a partir desse momento, iniciaram-se as negociações e diversas tentativas de reintegração de posse. Ao longo do tempo, ocorreram negociações, propostas de permuta, protestos e vários impasses, e o número de residentes na área cresceu, chegando a mais de 2.000 (duas mil) famílias em 2015. Mas, somente em março de 2017, houve, de fato, uma tratativa: o Conselho Universitário (Consuni/UFU) aprovou a doação da área para a prefeitura de Uberlândia, que assumiu a responsabilidade pelos procedimentos legais para a regularização fundiária.

Em junho de 2021, a Prefeitura Municipal anunciou, por meio de seu portal oficial de notícias, a assinatura de um acordo de cooperação técnica e repasse de recursos para regularizar o assentamento, com um orçamento de R\$30 milhões. O contrato estabeleceu que as famílias que vivem na ocupação pagariam uma quantia simbólica mensal, variando entre R\$100 e R\$150, para ajudar a cobrir os custos das melhorias na área.

Desse modo, o município assumiu a responsabilidade pela contratação e supervisão dos serviços de infraestrutura, enquanto o Estado de Minas ficou encarregado da regularização fundiária e do repasse de verbas para o governo municipal, bem como de outros procedimentos administrativos.

Outra ocupação também presente no Setor Sul é a Nelson Mandela. Situada às margens do bairro Shopping Park, a ocupação teve sua origem no final de 2011, quando famílias migraram para a região durante o período de construção das

habitações dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, no mesmo bairro, e hoje conta com aproximadamente 300 famílias.

O que chama a atenção nessa ocupação é o fato de estar situada em uma Área de Proteção Permanente (APP), cuja propriedade pertence à Prefeitura Municipal de Uberlândia, o que inviabiliza o processo de regularização fundiária. De acordo com Bicalho (2022), foram registradas várias intervenções da polícia militar com o objetivo de retomar a posse da área, seguindo ordens judiciais. No entanto, a ocupação continua existindo.

- Ocupações Urbanas do Setor Oeste

O Setor Oeste abriga quatro núcleos ocupacionais irregulares que somam juntos 1.725 famílias: Santa Bárbara, Irmã Dulce, Monte Horebe e Bom Jesus (BICALHO, 2022). A área onde essas ocupações urbanas estão concentradas originalmente foi destinada para a implementação de chácaras. No entanto, com o crescimento da cidade, essa área agora se encontra dentro dos limites urbanos.

A ocupação de Santa Bárbara está situada no bairro Panorama, abrangendo uma área de aproximadamente 35 mil metros quadrados. O terreno foi ocupado em 2015 e atualmente aloja cerca de 25 famílias. Quanto à sua regularização fundiária, no mesmo ano em que começou o processo de ocupação, uma ordem de reintegração de posse foi emitida, mas posteriormente suspensa pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Em 2019, o sistema judicial suspendeu novamente o prazo estabelecido para a desocupação do terreno e concedeu aos moradores um período de 60 dias para que apresentassem uma proposta de regularização fundiária. No entanto, a ocupação permanece vigente até os dias atuais.

Irmã Dulce é uma área de ocupação situada ao lado do bairro Canaã, que também se encontra no Setor Oeste de Uberlândia. Iniciada em 2012, atualmente abriga aproximadamente 700 famílias. De acordo com Bicalho (2022), a população que reside nessa ocupação depende inteiramente dos serviços disponíveis no bairro adjacente, Canaã, que inclui escolas, paradas de ônibus, supermercados e outros estabelecimentos. Entretanto, para os moradores que vivem em suas extremidades, o acesso se torna mais desafiador devido à distância até o bairro mais próximo.

Destaca-se ainda no mesmo setor a incidência de duas outras ocupações urbanas. O assentamento Bom Jesus, que teve início em 2013 e abriga cerca de 300 famílias e a ocupação Monte Horebe, situada em uma área originalmente destinada para chácaras, nas proximidades do bairro Morada Nova, cuja ocupação começou em 2014 e, atualmente, abriga aproximadamente 200 famílias.

- Ocupações Urbanas do Setor Leste

O Setor Leste diferencia-se dos demais em função de uma maior incidência de ocupações urbanas. Ao todo, 8.884 famílias encontram-se abrigadas na região, distribuídas em seis diferentes aglomerações irregulares, a saber: Zaire Rezende II, Santa Clara, Maná, Renascer, Fidel Castro e Residencial Integração - sendo este último caracterizado como um caso bastante emblemático e que sofreu processos ordinários por parte da esfera municipal.

A ocupação Zaire Rezende II localiza-se nas proximidades do bairro Morumbi, o qual é resultado de uma das ocupações urbanas mais antigas de Uberlândia. A área, que atualmente acomoda 164 famílias, originalmente pertencia à Prefeitura e foi ocupada em 2011. A discussão sobre a regularização fundiária do assentamento teve início em 2016 e, apesar de altos e baixos, perdura até os dias atuais. É de conhecimento geral que a Prefeitura Municipal realizou um processo de licitação para contratar a empresa encarregada dos serviços, e um contrato foi firmado no valor de R\$134 mil, cobrindo todas as despesas. Além disso, é importante destacar que, em comparação com outras ocupações, Zaire Rezende II possui um processo de regularização avançado.

A Ocupação Santa Clara, por sua vez, está também localizada no Setor Leste de Uberlândia e encontra-se adjacente ao bairro Residencial Integração - outro bairro que se originou a partir de um conjunto de ocupações irregulares. Esta é uma das ocupações nas quais o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) tem estado diretamente envolvido desde o início do processo. Quanto à organização de seu espaço, o terreno foi dividido em lotes de 10x25 metros, e as atribuições dos lotes para as famílias foram feitas através de sorteio. Bicalho (2022), em seu estudo, observou que

[...] a maior preocupação dos moradores reside na necessidade de disponibilizar uma creche e um posto de saúde, uma vez que os moradores não têm fácil acesso a esses e a tantos outros serviços vitais para a permanência na área. No tocante à regularização fundiária, o terreno está sob a propriedade de quatro diferentes proprietários que, atualmente, estão disputando a posse do terreno. Todos eles possuem documentos de matrícula “legítimos” do imóvel, o que suscita a possibilidade de haver práticas criminosas de grilagem, portanto, dificulta o processo de regularização fundiária para seus moradores. (BICALHO, 2022, p. 163).

A terceira ocupação do Setor Leste denomina-se Ocupação Maná, e está situada às margens do Anel Viário e da BR 365, inserida no perímetro urbano de Uberlândia. O assentamento surgiu em 2013 em uma área de propriedade privada que anteriormente correspondia à fazenda Três Marcos, localizada nas proximidades do bairro Morumbi, e atualmente abriga aproximadamente 1.200 famílias. Quanto à regularização fundiária, o processo tem progredido lentamente desde 2020 até o presente momento. Com o passar do tempo, a ocupação foi adquirindo uma estrutura definida, atualmente apresenta uma organização sólida, incluindo a divisão de ruas e lotes.

A quarta ocupação, intitulada Renascer, situava-se às margens da rodovia BR 452 e teve seu início em 2014 com um pequeno grupo de pessoas. Ela atualmente abrigava cerca de 120 famílias que residiam e resistiam no local. Todavia, é relevante destacar que esta é uma das ocupações que pouco houve avanço em termos de infraestrutura entre todas as ocupações existentes na cidade, sendo caracterizada como uma das mais precárias. A posse do terreno ocupado foi reintegrada e as famílias foram expulsas do local entre abril e agosto de 2023.

A área que compreende o Renascer é de propriedade do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT). As primeiras moradias improvisadas foram erguidas nos espaços designados como bolsões de contenção do bairro Residencial Integração. Estes bolsões têm uma profundidade de cinco metros e sua principal finalidade é reter a água da chuva e liberá-la de maneira gradual, prevenindo, assim, inundações e enchentes. Entretanto, as barreiras existentes no local não foram suficientes para impedir sua ocupação, expondo, assim, os moradores ao risco de afogamento e contaminação por doenças, uma vez que o espaço também é utilizado para descarte de resíduos sólidos e dejetos.

A quinta ocupação, denominada Fidel Castro, surgiu no final de 2016, quando um grupo de famílias, lideradas pelo MTST, tomou posse da área. O número de moradores aumentou consideravelmente com a chegada de novos ocupantes, e atualmente, cerca de 900 famílias residem no local. O que torna essa ocupação única em comparação com as outras é a sua localização em uma região valorizada pelo mercado imobiliário da cidade. Isso tem reverberado em diversas tentativas de reintegração de posse, mas sem avanços significativos e os ocupantes continuam resistindo até hoje.

Com o passar do tempo, a ocupação se consolidou do ponto de vista estrutural e, atualmente, possui um centro comunitário, uma cozinha solidária que fornece refeições diárias para a população de baixa renda e uma horta comunitária. Além disso, está em andamento a construção de uma quadra esportiva para as crianças que vivem no local, resultante do acúmulo de verbas provenientes de doações solidárias.

A última ocupação urbana e, certamente, uma das maiores em termos de extensão territorial, é conhecida como “Residencial Integração”. Apesar de hoje configurar-se na condição de um bairro, após a publicação da Lei 11.872 (2014), é importante destacar que não houve consulta alguma entre as autoridades municipais e a comunidade local para a escolha apropriada do nome do bairro. Na realidade, a intenção da prefeitura foi encobrir que Uberlândia, cidade que sempre se pautou em ideais progressistas, havia testemunhado ao longo de sua história episódios de ocupações urbanas. Ao adotar o nome “Residencial Integração”, a administração municipal visava eliminar qualquer menção aos nomes das ocupações que se estabeleceram na área desde 1989, a saber: Dom Almir, Prosperidade, São Francisco e Joana D’arc.

Apesar de haver significativos avanços juntos entre o Ministério Público e a Prefeitura no tocante à regularização fundiária da área ocupada pelos moradores do chamado bairro “Residencial Integração”, ainda se manifestam estigmas que se estabelecem em relação tanto a região da cidade quanto aos seus moradores. Tal estereótipo confere um caráter excludente e nocivo, evidenciando a materialização de fronteiras sociais que se explica pela depreciação em relação ao morador periférico e, portanto, ocupante.

SESSÃO 3

As Ocupações Urbanas na Ótica do Desenvolvimento Sustentável em Uberlândia (MG)

Ao nos depararmos com determinadas paisagens, é comum utilizar recursos intrínsecos às práticas cotidianas, como o ato de olhar, observar, contemplar e analisar. Do ponto de vista do olhar geográfico, essas ações em conjunto possibilitam a compreensão da realidade apresentada pela reprodução do espaço, a partir da organização espacial dos agentes que moldam e transformam as cidades de acordo com seus próprios interesses, produzindo espaços articulados, como também fragmentados e segregados (CORRÊA, 1989).

Nesse contexto, as ocupações manifestam-se no tecido urbano como resultado desses processos segregadores, refletindo os aspectos mais vulneráveis na construção do espaço habitado. Elas surgem a partir da urgência das necessidades mais básicas; a de habitar, e de todas as outras que giram a partir da mesma.

Desde os tempos mais primórdios, há registros de que o ser humano precisou de um local para habitar, até mesmo os homens pré-históricos já buscavam cavernas para se abrigar das chuvas e do ataque de animais. Entretanto, essa necessidade não é uma particularidade do ser humano. Passarinhos produzem seus próprios ninhos para abrigar seus filhotes, os ursos escolhem cavernas para hibernar, as formigas constroem uma enorme estrutura subterrânea para se protegerem, as lagartas criam seu próprio casulo.

Assim, as ocupações presentes em Uberlândia foram selecionadas como foco de análise do estudo em questão, pois elas representam, do ponto de vista crítico, a concretização dos processos excludentes que moldam o espaço urbano. Essa seleção se fundamenta na crença de que tais ocupações, ao evidenciarem a carência habitacional na cidade, podem servir como um indicador para avaliar a eficácia das políticas municipais na busca pelo alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para efetuar essa análise, considerou-se as ocupações urbanas detalhadas pelo estudo de Bicalho (2022) como também outros autores que discutem a temática

proposta. A partir disso, utilizou-se as ferramentas de visualização de imagens oferecidas pelo *Google Earth* e *Google Maps*, ambos com informações atualizadas de abril de 2023, para fazer um levantamento dos aspectos infraestruturais das ocupações.

Por meio das imagens obtidas, acredita-se ser viável conduzir uma análise crítica sobre como os ODS são implementados nas ocupações em Uberlândia, tendo como base as semelhanças predominantes entre elas, sobretudo no que se refere aos aspectos de infraestrutura.

Em primeiro lugar, é evidente a falta de elementos essenciais como sistemas de saneamento, acesso à energia elétrica e até mesmo vias asfaltadas (figura 10). Uma vez que esses locais carecem de pavimentação asfáltica, sem calçadas e sem delimitação apropriada, as ruas se tornam vias de acesso sinuosas no qual seus caminhos geralmente acompanham vazamentos de resíduos líquidos. Além disso, é importante ressaltar que em dias de chuva as ruas tornam-se verdadeiros lamaçais, o que dificulta o deslocamento dos indivíduos que habitam as ocupações e transitam diariamente por esses espaços.

Figura 10: Vias das Ocupações Glória e Santa Clara (2023)



Fonte: *Google Street View* (2023).

Essas características contrastam com as áreas onde o poder público investe verbas em equipamentos urbanos para a população. Como exemplo, destaca-se uma das principais vias da cidade; Avenida Rondon Pacheco - antigo córrego São Pedro. Carregada de uma moderna infraestrutura (figura 11), a avenida é formada por um

canteiro central que divide duas vias contendo quatro faixas cada uma delas em praticamente todos os seus sete quilômetros de extensão.

Além disso, conta com uma ciclofaixa para ciclistas, calçadas bem sinalizadas para pedestres e quatro grandes viadutos que dão suporte à mobilidade entre os bairros ao longo de seu percurso. Em função da valorização imobiliária no entorno da via, é comum encontrar estabelecimentos comerciais destinados à classe média-alta como, por exemplo, hotéis de luxo, lojas de grife, concessionárias de carros importados entre outros.

Figura 11: Uberlândia (MG): Avenida Rondon Pacheco



Fonte: G1 Triângulo Mineiro (2019).

Outro exemplo do investimento do poder público em Uberlândia é o expressivo desenvolvimento do Setor Sul ao longo das últimas duas décadas. Em abril de 2023 a PMU inaugurou o maior viaduto da história da cidade na avenida Nicomedes Alves do Santos que interliga o acesso do referido setor ao centro (PMU, 2023). Essa obra surge como o resultado de uma parceria público-privada dentro da lógica especulativa do espaço. Desse modo, o Estado - na esfera municipal – provê as infraestruturas necessárias ao referido lugar a partir das demandas dos investidores privados.

Nos últimos anos o setor em questão tem sido alvo de um expressivo investimento dos agentes imobiliários, que têm trabalhado para transformar a região em um ponto privilegiado da cidade. Destaca-se a implementação de um shopping

center, do Uberlândia Medical Center (UMC), dos condomínios horizontais de luxo, colégios particulares e estabelecimentos comerciais voltados para as classes com maior poder aquisitivo.

Além disso, salienta-se a atual construção do Villa Gávea, que consiste em um conjunto de arranha-céus, de 20 a 30 andares, que visam oferecer, além de moradia, trabalho, negócios e opções de lazer. Segundo investidores do projeto, o Villa Gávea nasce com a premissa de se tornar o novo Centro de Uberlândia, que condiz com a informação divulgada pela PMU em março de 2023 de que a cidade segue como um dos mercados mais promissores para negócios no país.

Em contraponto, é comum nas ocupações urbanas a presença de resíduos e acúmulo de lixo em locais inadequados, algo que obviamente não ocorre nos setores privilegiados da cidade. Essa particularidade chama a atenção devido à ausência de serviços apropriados de coleta, o que expõe os moradores ao risco de doenças e à propagação de problemas sanitários (figura 12).

Figura 12: Resíduos Inutilizáveis nas Ocupações Maná e Fidel Castro (2023)



Fonte: *Google Street View* (2023).

Soma-se a essa questão o fato de que as caixas d'água não são devidamente vedadas, fato que ocorre em função da imprevisibilidade da construção das habitações que culmina na inadequada seleção de locais para armazenamento das mesmas. Como consequência, facilita-se a proliferação do mosquito da dengue além de corroborar com a contaminação da água armazenada.

Também é comum encontrar focos de incêndio contidos próximos às “calçadas” das habitações. Essa estratégia consiste em construir uma pequena fogueira para

atear fogo em parte do lixo produzido pelas famílias (figura 13). Ressalta-se que a opção de queimar o lixo não é recomendada visto que pode acarretar em um incêndio de enormes proporções e colocar em risco a vida dos moradores das ocupações.

Figura 13: Queima de lixo nas Ocupações Imã Dulce e Fidel Castro (2023)



Fonte: *Google Street View* (2023).

Apesar dos riscos inerentes à queima de lixo próximo às habitações, o descaso das autoridades locais persiste, levando as comunidades a continuarem com essa prática perigosa. A ausência de medidas efetivas para lidar com o descarte de resíduos resulta em um ciclo de problemas, colocando em perigo não apenas o ambiente, mas também a segurança e o bem-estar dos moradores dessas ocupações. Alternativas mais seguras e sustentáveis são urgentemente necessárias, porém, até o momento, a falta de investimento e atenção das autoridades perpetua essa situação de risco iminente.

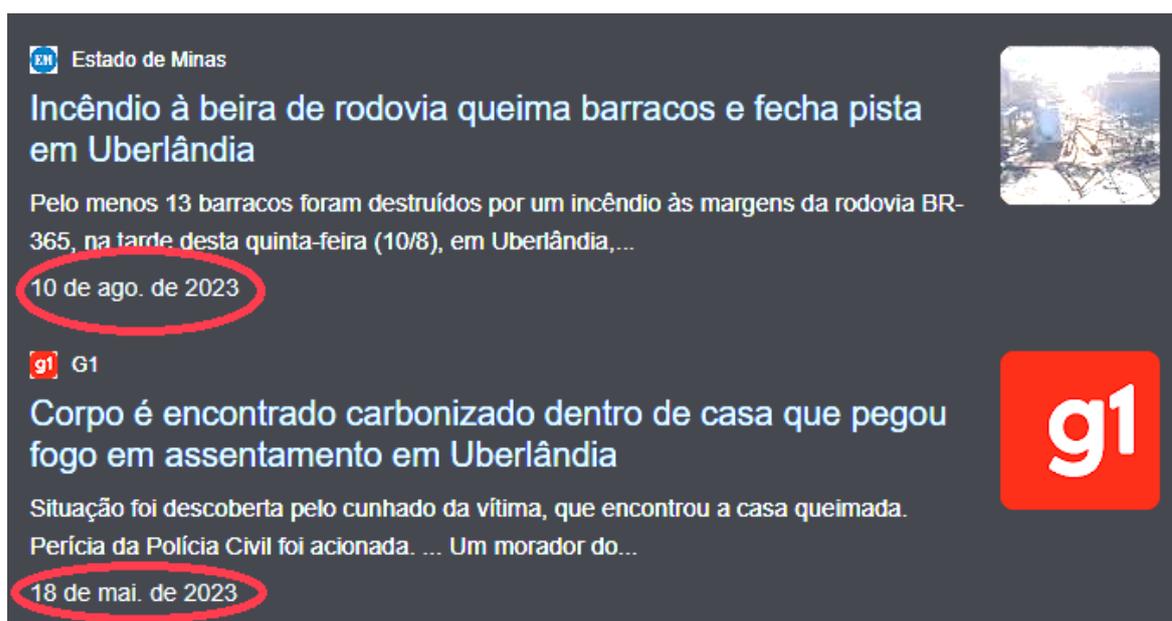
Apesar de pouco noticiado, é comum a ocorrência de incêndios nas ocupações devido às condições das mesmas (figura 14). Recentemente, em novembro de 2023, umas das habitações do assentamento Maná teve perda total devido a um incêndio.

Os focos de abrasamento nas ocupações, muitas vezes, estão intrinsecamente ligados à infraestrutura precária que permeia essas áreas. A utilização de gatos de energia, improvisações elétricas feitas de forma irregular e sem os devidos padrões de segurança, são apenas alguns dos aspectos dessa realidade preocupante.

A falta de instalações elétricas adequadas e a sobrecarga dos sistemas de iluminação, aliadas à precariedade das construções, ampliam exponencialmente os

riscos de curtos-circuitos e incêndios. Esse ciclo perigoso é potencializado pela ausência de políticas públicas eficazes que garantam condições dignas de moradia e segurança para essas comunidades, resultando em uma vulnerabilidade constante diante de desastres potencialmente devastadores.

Figura 14: Notícias sobre incêndios nas Ocupações Urbanas (2023)



Fonte: *Google Notícias* (2023).

Um outro aspecto que merece destaque é o processo da autoconstrução. Nascimento (2011) define autoconstrução como a maneira pela qual uma família, ao adquirir um terreno urbano, seja de forma oficial ou não, opta por construir sua própria residência, utilizando recursos próprios. Nesse processo, muitas vezes contam com o auxílio de familiares, amigos ou até mesmo contratam mão de obra para edificar a residência.

Essa abordagem é frequentemente adotada por famílias com recursos limitados e é comumente observada em áreas de favelas e periferias urbanas, onde não há envolvimento de especialistas qualificados. O residente adquire ou ocupa um terreno, desenvolve um plano de construção sem assistência técnica, organiza a obtenção dos materiais necessários, coordena a mão de obra, muitas vezes sem remuneração formal, e, gradualmente, constrói sua própria moradia.

Desse modo, é possível notar uma lógica de construção das habitações nas ocupações em Uberlândia (figura 15). Num primeiro momento, é montada uma estrutura temporária usando lonas, pedaços de madeira, *pallets* e outros recursos simples, evidenciando a urgência habitacional. Com o tempo, essa construção improvisada evolui para uma estrutura mais sólida. Os primeiros materiais de construção são adquiridos e, gradualmente, são erguidos pequenos cômodos para suprir as necessidades básicas dos residentes. Normalmente, isso acontece sem um projeto arquitetônico previamente definido e com a colaboração de amigos e familiares.

Figura 15: Uberlândia5: Evolução da Estrutura das Habitações nas Ocupações Urbanas (2023)



Fonte: Google Street View (2023).

Bicalho (2022) conduziu uma entrevista com a residente de uma ocupação, revelando que o terreno onde ela, seu esposo e as crianças residem foi cedido por um colega, sob a condição de que o marido (pedreiro de profissão) auxiliasse na construção da casa do referido colega no mesmo local.

Além disso, Bicalho (2022) expõe outro relato de uma moradora de ocupação em Uberlândia. A entrevistada mencionou ter pago a quantia de R\$10.000,00 (dez mil reais) por um terreno, todo o dinheiro que possuía na época. Ela iniciou a construção gradualmente, ao longo de quatro anos, adquirindo materiais de construção e erguendo um cômodo por vez, com a assistência dos serviços de pedreiro oferecidos pelo próprio padrasto.

A prática da autoconstrução nas ocupações urbanas não apenas revela a resiliência e a força das comunidades diante das adversidades, mas também ressalta a importância do senso de colaboração e de solidariedade que permeiam esses espaços. A construção gradual das moradias, muitas vezes desprovida de planejamento técnico formal, é um reflexo da busca pela dignidade e da determinação em estabelecer lares em meio a contextos desafiadores.

Essa alternativa à produção capitalista do espaço urbano demonstra a capacidade das comunidades em se auto-organizarem, priorizando as necessidades coletivas sobre os interesses meramente comerciais. A jornada de edificar casas, passo a passo, com o suor compartilhado de familiares ou vizinhos, simboliza não apenas a superação das dificuldades, mas também a construção de laços comunitários sólidos. É necessário que o poder público observe as nuances desse exemplo de coletividade para utilizá-los como base estruturadora de políticas públicas mais efetivas no que diz respeito ao alcance dos ODS.

Além das questões discutidas acima como a falta de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, energia elétrica entre outros. As ocupações urbanas são também negligenciadas em um outro aspecto, os serviços urbanos. Trata-se do acesso à educação, à saúde, à cultura, à assistência social, aos esportes, ao lazer, à segurança pública, ao abastecimento, aos serviços funerários e congêneres.

Na busca pela educação, muitas vezes, esbarram na falta de escolas próximas, além de que a irregularidade da situação habitacional não permite a aquisição de um comprovante de residência fixa, quesito fundamental para matricular as crianças nas escolas. Como alternativa, é comum os assentados conseguirem a comprovação de endereço emprestado de algum amigo, familiar ou conhecido, ou ainda, conseguir serviços de transporte escolar gratuitos.

A saúde se torna uma preocupação constante, com dificuldades para acesso a unidades básicas e atendimento médico adequado. Além disso, a comprovação de residência também é necessária para ter acesso aos serviços de saúde, tais como atendimento em pronto-socorro, agendamento de consultas, tratamentos com acompanhamento de um profissional da saúde entre outros.

Outra questão relevante é a escassez de espaços voltados para a cultura, além da carência de programas de lazer e esportes, o que limita o desenvolvimento pessoal e coletivo. Apesar de a prefeitura de Uberlândia oferecer uma variedade de opções culturais e de entretenimento para a população, surge a questão crucial sobre quem consegue acessá-las.

Frequentemente, os espaços públicos não são planejados considerando os moradores das ocupações urbanas. Por exemplo, no Parque do Sabiá, o principal parque da cidade localizado numa área central, são disponibilizadas diversas atividades gratuitas ao longo da semana, como hidroginástica, natação, zumba, ginástica, quadras de areia e de futebol, entre outras. No entanto, o acesso a esses programas é limitado a quem vive nas proximidades do parque, possui transporte próprio que viabilize o deslocamento até o parque ou que tem flexibilidade de horários para participar das atividades nos horários propostos.

Nesse contexto, ressalta-se a problemática do transporte coletivo nas ocupações urbanas, as quais carecem de linhas de ônibus que circulem dentro de seu perímetro. Os residentes precisam deslocar-se até o bairro mais próximo, onde as rotas de ônibus estão disponíveis. Adicionalmente, o intervalo entre os ônibus não segue a mesma regularidade encontrada em áreas centrais, variando geralmente de trinta minutos a uma hora, dependendo do dia da semana. Esse fator dificulta consideravelmente o acesso da população aos espaços na cidade.

Soma-se a essa questão o desleixo do poder público em fornecer espaços de uso coletivo para as ocupações como praças, quadras de esporte entre outros. Diante desse cenário, é comum surgir nesses espaços construções para atender as demandas da população. A exemplo disso, destaca-se a criação de centros comunitários para reuniões e eventos entre os moradores em várias das ocupações, as cozinhas comunitárias e até mesmo quadras de esporte (figura 16). Atualmente, os moradores da Fidel Castro estão construindo uma quadra de esportes para as crianças da ocupação, cuja verba está sendo levantada aos poucos por meio de doações.

Figura 16: Campo de Futebol na Ocupação Santa Clara (2023)



Fonte: *Google Street View* (2023).

Por último, vale ressaltar que é recorrente a emergência de serviços e de estabelecimentos comerciais dentro das próprias ocupações para suprir as necessidades dos residentes. Entre esses, incluem-se pequenos mercados, açougues, lojas de materiais de construção, bem como espaços religiosos entre outros. Isso evidencia a adaptação da população diante da negligência por parte do poder público, ao invés de observarmos uma atuação estatal facilitando o acesso a serviços para essa comunidade.

Quando observada a ausência de infraestrutura e de serviços públicos nas ocupações urbanas, é evidente o desrespeito ao direito à cidade, que preconiza o acesso igualitário a todos os recursos urbanos, sejam eles de lazer, de transporte, de educação ou de saúde.

No entanto, a realidade nas ocupações mostra uma falta de investimento público nesses locais, obrigando os moradores a criarem soluções por conta própria para suprir suas necessidades básicas. Essas dificuldades refletem uma realidade desafiadora para os moradores das ocupações urbanas, que lutam diariamente por condições mais dignas e acesso igualitário aos serviços essenciais.

Isso não apenas evidencia a falha do poder público em garantir direitos fundamentais, mas também reforça a marginalização dessas comunidades, que acabam se adaptando em meio à precariedade. O direito à cidade não deveria ser uma mera utopia, mas sim um compromisso efetivo para garantir condições dignas de vida para todos os habitantes.

Portanto, a negligência em garantir o direito à cidade para os habitantes das ocupações urbanas em Uberlândia reflete, não apenas a falta de acesso a serviços básicos, mas também a desconexão entre a realidade dessas comunidades e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU. A ausência de infraestrutura, a presença de serviços públicos precários e a necessidade de adaptação dos residentes diante da ineficiência estatal são obstáculos significativos para o alcance desses objetivos.

Como visto anteriormente, os ODS buscam assegurar condições dignas de vida, acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico entre outros direitos fundamentais. Entretanto, nas ocupações urbanas, a escassez de investimento público impede a concretização dessas metas. A falta de planejamento urbano e a deficiência na oferta de serviços essenciais são desafios que distanciam ainda mais essas comunidades dos ideais de sustentabilidade e equidade preconizados pela ONU.

A dificuldade do poder público em atender às demandas das ocupações urbanas não apenas impacta a vida diária desses moradores, mas também compromete o progresso em direção aos ODS. É crucial que políticas públicas mais eficazes e inclusivas sejam implementadas para reduzir essas disparidades, promovendo assim um avanço mais consistente em direção a um desenvolvimento sustentável e igualitário para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutido nesse trabalho, a Revolução Industrial foi impulsionada por avanços tecnológicos. Esse período histórico marcou a transição de métodos de produção artesanais para a produção em massa, transformando drasticamente a sociedade e a economia. A busca por lucro e eficiência impulsionou a industrialização, estimulando e moldando o consumo tal como vemos na sociedade atual.

Contudo, esse modelo também gerou uma crescente preocupação ambiental global. A exploração de recursos naturais e a geração de resíduos têm impactado negativamente o meio ambiente. Esse dilema levou à necessidade urgente de adotar estratégias em busca de um desenvolvimento sustentável, equilibrando o progresso econômico com a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Se tratando dos países do Sul Global, o desenvolvimento sustentável é ainda mais crucial, pois enfrentam desafios únicos. Eles frequentemente são os mais afetados com questões de pobreza extrema, infraestrutura precária e desigualdades socioeconômicas significativas. Para alcançar o desenvolvimento sustentável, portanto, esses países precisam não apenas de apoio financeiro e tecnológico, mas também de políticas inclusivas e colaborações internacionais que considerem suas necessidades específicas.

Desse modo, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU são um guia fundamental na busca de alcançar um futuro mais sustentável. Eles abordam áreas como a redução da pobreza, a erradicação da fome, a promoção da saúde, a igualdade de gênero, a educação de qualidade, o acesso à energia limpa entre outros, sendo que as duas primeiras se encontram no centro desses objetivos, visando criar sociedades mais justas e inclusivas em todo o mundo.

A nível nacional, o Brasil enfrenta desafios complexos na implementação de políticas públicas alinhadas aos ODS. Embora o país tenha avançado em algumas áreas, ainda existem lacunas significativas a serem superadas como os altos níveis de desigualdade, que refletem acesso desigual à saúde e educação de qualidade, à moradia e, também, questões ambientais urgentes, como o desmatamento na Amazônia e a gestão sustentável dos recursos naturais.

A nível local, o município de Uberlândia, como muitas cidades, busca alinhar suas políticas públicas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentando metas e iniciativas que parecem abraçar os princípios da sustentabilidade e inclusão social em suas propostas de planejamento. Há um discurso oficial que destaca o compromisso com a redução da desigualdade, o desenvolvimento econômico sustentável, o acesso à educação e saúde de qualidade, entre outros objetivos globais.

No entanto, há uma diferença marcante entre o que é propagado pela gestão municipal e a realidade vivida pela população. Enquanto há investimentos em algumas áreas, como infraestrutura, há contradições profundas que desafiam a efetividade dessas ações, principalmente no que diz respeito às Ocupações Urbanas no município. A desigualdade persiste, evidenciada pela discrepância de acesso a serviços básicos entre diferentes regiões da cidade. Esses locais periféricos muitas vezes enfrentam carências significativas em infraestrutura, saúde e educação, contrastando com áreas mais centrais que recebem mais atenção e investimento.

Partindo do exposto, a seção inicial deste trabalho explorou o conceito de desenvolvimento sustentável e os eventos históricos que impulsionaram essa discussão em escala global. Isso resultou em um consenso internacional entre os países, visando compromissos para reduzir os impactos catastróficos do modelo de produção capitalista e para auxiliar comunidades mais suscetíveis afetadas por esse processo. Além disso, foram analisadas as metas individuais estipuladas para cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as estratégias de implementação de políticas públicas para atingi-los.

Na segunda parte desse trabalho, investigou-se como a administração pública de Uberlândia está integrando os ODS por meio de suas políticas. Também foi analisada a influência de diferentes processos no crescimento da cidade, com o objetivo de estabelecer uma conexão entre a expansão urbana e os fatores que geram segregação dentro da área urbana. Constatou-se, portanto, que as ocupações urbanas são fruto desses processos, sendo cada uma delas descrita brevemente.

Na terceira sessão, evidenciou-se elementos infraestruturais comuns entre as ocupações urbanas em Uberlândia, tais como padrão das habitações, das ruas e avenidas, e ausência de determinados elementos. A análise buscou fazer uma

discussão crítica sobre a questão proposta, ressaltando a notável ausência de infraestrutura e serviços públicos nessas áreas, resultando em uma desvantagem para os moradores no acesso aos diversos recursos urbanos, como lazer, transporte, educação e saúde oferecidos pela cidade. Isso reforça a disparidade no desenvolvimento urbano e na qualidade de vida dos moradores das ocupações em relação a outros espaços dentro do perímetro urbano do mesmo município.

Também foi possível concluir que existe uma falha do poder público municipal em garantir direitos fundamentais dos habitantes, os quais reforçam a marginalização dessas comunidades. Entende-se que é importante debater o tema e procurar diretrizes para a aplicabilidade dos ODS nas práticas urbanas, mas o poder público em Uberlândia não estabelece uma ordem prioritária de urgência no planejamento urbano para a população mais necessitada. Além disso, o alcance do desenvolvimento sustentável engloba uma ampla questão ideológica a ser discutida, visto que os movimentos políticos são diretamente responsáveis pela implementação das políticas públicas.

Nota-se que a gestão municipal possui a liberdade de direcionar a implementação das políticas municipais em prol de atender aos ODS. Entretanto, em vista dessa liberdade, a prefeitura prefere privilegiar ações lucrativas ou que servem como pontual propaganda da cidade. Essas questões nos levam a refletir sobre o que a gestão municipal tem colocado em prática para contribuir na redução das desigualdades e na diminuição da pobreza no que se refere às ocupações urbanas.

Além disso, falar de desenvolvimento sustentável engloba também um recorte de classes. Geralmente, a população menos favorecida é a mais prejudicada, é a que carece das infraestruturas que contemplam o conceito de desenvolvimento sustentável. É visível, portanto, que ainda há um longo caminho pela frente no sentido de implementar os ODS a todas as classes/esferas da sociedade.

Existe a necessidade urgente do poder público municipal repensar a distribuição dos recursos e dos serviços, principalmente em relação aos aspectos habitacionais em Uberlândia, priorizando a população em situação de vulnerabilidade social que compreende, em sua maior parte, os cidadãos que habitam as ocupações urbanas. De outro modo, a contradição estabelecida entre alcance dos ODS e as

políticas de gestão urbana continuará afetando negativamente a população de maior vulnerabilidade social em Uberlândia (MG).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amanda Silva., et al. (2019). IMPLICAÇÕES ESPACIAIS DA CRISE URBANA EM UBERLÂNDIA-MG: dos espaços de valorização imobiliária às ocupações dos Sem Teto. *Observatorium: Revista Eletrônica De Geografia*, 9(3), 287–312. <https://doi.org/10.14393/OREG-v9-n3-2018-48494>.

ARAÚJO, Ana Beatriz Arantes. **A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o Brasil**: uma análise da governança para a implementação entre 2015 e 2019. 2020. 240 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.163>.

AURÉLIO SOBRINHO, Carlos. **Desenvolvimento sustentável**: uma análise a partir do Relatório Brundtland. 2008. 197 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/512f4120-3ae2-4c3b-9324-c2773836463b>. Acesso em 15 out. 2023.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento Sustentável**: das origens à agenda 2030. Petrópolis: Vozes, 2020. 264 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 200 p.

BICALHO, Beatriz. **Segregação urbana em Uberlândia (MG)**: emergência das ocupações dos sem-teto. 2022. 252 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.5322>.

CLEPS, Geisa. Daise. Gumiero. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE UBERLÂNDIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 28, p. 26–41, 2009. DOI: 10.14393/RCG92815870. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15870>. Acesso em: 06 Nov. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Relatório Brundtland. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989. 94 p.

DIAS, Ralyson Mendonça. **Diagnóstico da saúde ambiental no assentamento do Glória em Uberlândia**: um retrato das ocupações irregulares. 2017. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão em Saúde Ambiental) - Universidade

Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22041>. Acesso em 29 out. 2023.

EMBRAPA. **Brasil lidera e é referência no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para produção de soja.** 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/81613580/brasil-e-referencia-no-desenvolvimento-de-tecnologias-sustentaveis-para-producao-de-soja>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e Desenvolvimento Econômico do triângulo Mineiro:** integração regional e consolidação regional. Uberlândia: Edufu, 2010. 257 p. Disponível em: <http://www.edufu.ufu.br/catalogo/ebooks-gratuitos/formacao-e-desenvolvimento-economico-do-triangulo-mineiro-integracao>. Acesso em: 05. Nov. 2023.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016. 304 p. Tradução: Rogério Bettoni.

HOBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.** 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979, cap. 8, Padrão de vida, 1850-1914, pp. 143-159.

IBGE. **Panorama Geral das Cidades Brasileiras:** Uberlândia. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 10 nov. 2023.

IDSC-BR -. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil:** Uberlândia. Uberlândia. 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3170206/>. Acesso em: 28 out. 2023.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Crédito ao consumidor e superendividamento: uma problemática geral. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 33, n. 129, p. 109-115, mar. 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176377>. Acesso: 15. Set. 2023.

MOREIRA, Ruy. A (Geografia) da Sociedade do Trabalho. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 40, p. 131-142, jun. 2013.

NASCIMENTO, Denise Morado. **A autoconstrução na produção do espaço urbano.** In: MENDONÇA Jupira Gomes de; COSTA, Heloísa Soares de Moura (org.) Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011. p.217-230.

ROCHA, Jefferson Marçal. Política internacional para o meio ambiente: avanços e entraves pós conferência de Estocolmo. **Revista Ciências Administrativas**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2009. DOI: 10.5020/2318-0722.9.2.%p. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/293>. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, Lenyra Rique da. **A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 100 p.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: a cidade jardim ao portal do cerrado** - imagens e representações no triângulo mineiro. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3289>. Acesso em: 12 out. 2023.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Distrito Federal, México, n. 54, p. 114-139, ago. 2004.

UBERLÂNDIA (Minas Gerais). Prefeitura inaugura maior viaduto da cidade na avenida Nicomedes Alves dos Santos. Prefeitura de Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2023/04/10/prefeitura-inaugura-maior-viaduto-da-cidade-na-avenida-nicomedes-alves-dos-santos/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011. Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do município de Uberlândia e revoga a Lei Complementar nº 245, de 30 de novembro de 2000 e suas alterações posteriores. Leis Municipais, Uberlândia, MG, 14 abr. 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-dosolo-uberlandia-mg>. Acesso em: 25 nov. 2023.

UNEP. **Marcos Ambientais**: linha do tempo dos 75 anos da onu. Linha do tempo dos 75 anos da ONU. 2020. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline>. Acesso em: 10 out. 2023.

UNEP. **Por que o PNUMA é importante?** 2023. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/sobre-o-pnuma/por-que-o-pnuma-e-importante#:~:text=Sua%20missão%20é%20prover%20liderança,sem%20comprometer%20as%20futuras%20gerações>. Acesso em: 08 out. 2023.

UNESCO. **Dia Mundial do Meio Ambiente**. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/days/environment#:~:text=As%20Nações%20Unidas%20estabeleceram%20o,econômico%20em%20todo%20o%20mundo>. Acesso em: 15 out. 2023.

UNIDAS, Organização das Nações. **Problems of the human environment**: report of the secretary-general. report of the Secretary-General. 1969. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/729455?ln=en>. Acesso em: 04 nov. 2023.